

***INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR***

2000 / 2002



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

O ENSINO SUPERIOR NO EXÉRCITO E A ASCENSÃO À CATEGORIA
DE OFICIAL DO QUADRO PERMANENTE: UMA VISÃO DE FUTURO.

***Mário João Vaz Alves de Bastos
Major de Infantaria***



RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo contribuir para a reflexão sobre a organização e ordenamento do Ensino Superior Militar, face ao quadro legislativo nacional e à criação de um Espaço de Ensino Superior, a nível europeu.

As alterações a introduzir/realizar no Ensino Superior do Exército constitui a questão central deste trabalho. Este assunto reveste-se de grande interesse e actualidade, assumindo especial importância para o Exército que o considera uma área essencial para o futuro.

Descrevemos a evolução das Escolas Superiores Militares, os modelos de formação inicial de oficiais adoptados noutros países, a formação nos estabelecimentos de ensino militar a partir de 1974 e a adopção do sistema binário – universitário e politécnico –, analisamos o quadro legal vigente e dissertamos sobre o futuro destes estabelecimentos.

Concluimos que, face ao modelo adoptado pelo Exército, tendo presente o quadro legislativo e as alterações que se adivinham em resultado da Declaração de Bolonha, não esquecendo a política de racionalização de meios, e enquanto não for criada uma Universidade comum aos três Ramos, o Exército deve proceder ao encerramento da Escola Superior Politécnica do Exército e do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – Secção do Ensino Superior, passando a formação inicial dos oficiais do quadro permanente a realizar-se na Academia Militar.



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer o apoio e a colaboração a todos os que contribuíram para a pesquisa e elaboração do presente trabalho. Sem a colaboração prestada pela Divisão de Pessoal do Estado Maior do Exército, Comando do Pessoal, Comando da Instrução, Academia Militar, Escola Superior Politécnica do Exército e Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares, não teria sido possível recolher a informação, o conhecimento e a experiência indispensável para a elaboração e valorização deste estudo.



LISTA DE ACRÓNIMOS

AFA	Academia da Força Aérea
AHM	Arquivo Histórico Militar
AM	Academia Militar
BA	Batalhão de Adidos
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BMI	Brigada Mecanizada Independente
CBMUS	Chefes de Banda de Música
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CEM	Curso de Estado-Maior
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CESE	Curso de Estudos Superiores Especializados
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CI	Comando da Instrução
CNAVES	Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPAE	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
CST	Chefia do Serviço de Transportes
CTM	Curso Técnico Militar
DAMP	Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal
DAPP	Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento
DG	Diário do Governo



DGMT	Depósito Geral do Material de Transmissões
DL	Decreto-Lei
DO/EME	Divisão de Operações do Estado-Maior do Exército
DR	Diário da República
DSE	Direcção dos Serviços de Engenharia
DSG/AM	Direcção de Serviços Gerais da Academia Militar
DSM	Direcção do Serviço de Material
DST	Direcção do Serviço de Transportes
ECDU	Estatuto da Carreira Docente Universitária
ECTS	European Credit Transfer System
EDT	Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica
EME	Estado Maior do Exército
EMEL	Escola Militar de Electromecânica
EMES	Estabelecimentos Militares de Ensino Superior
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EN	Escola Naval
EP/GNR	Escola Prática da Guarda Nacional Republicana
EPSM	Escola Prática do Serviço de Material
EPST	Escola Prática do Serviço de Transportes
EPT	Escola Prática de Transmissões
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESPE	Escola Superior Politécnica do Exército
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESTMA	Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas
ESTN	Escola Superior de Tecnologias Navais
FA	Forças Armadas



GG	Grande Guerra
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
IMPE/SES	Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Secção do Ensino Superior
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
PGD	Pós-graduação de doutoramento
PGM	Pós-graduação em mestrado
QAS	Qualquer Arma ou Serviço
QE	Quadro(s) Especial(ais)
QP	Quadro Permanente
QPCE	Quadro de Pessoal Civil do Exército
SAPC/ESPE	Secção de Administração, Planeamento e Coordenação da ESPE
TEDT	Técnicos de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica
TEXPTM	Técnicos de Exploração de Transmissões
TILD	Trabalho Individual de Longa Duração
TMANMAT	Técnicos de Manutenção de Material
TMANTM	Técnicos de Manutenção de Transmissões
TPESSECR	Técnicos de Pessoal e Secretariado
TTRANS	Técnicos de Transporte
U/E/O	Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos
UFA	Universidade das Forças Armadas



ÍNDICE

RESUMO.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	III
ÍNDICE.....	VI
ÍNDICE DE ANEXOS.....	VIII
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
I. EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES MILITARES.....	4
I.1. Até à fundação da Escola do Exército.....	4
I.2. Escola do Exército (1837-1911).....	5
I.3. Reforma após a implantação da República.....	7
II. MODELOS DE FORMAÇÃO EXISTENTES.....	9
II.1. Generalidades.....	9
II.2. Escolas de Formação de Oficiais.....	9
II.3. Breve reflexão.....	13
III. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	15
III.1. Organização do sistema educativo.....	15
III.2. Objectivos e graus académicos.....	16
III.3. Estabelecimentos e processos de selecção.....	17
IV. A FORMAÇÃO NOS EMES A PARTIR DE 1974.....	18
IV.1. Reforma do Ensino Superior Militar.....	18
IV.2. A integração dos EMES no Ensino Superior Universitário.....	20
IV.3. A integração dos EMES no Ensino Superior Politécnico.....	21
V. QUADRO LEGAL VIGENTE.....	23
V.1. Legislação Comunitária.....	23
V.2. A Declaração de Bolonha.....	25



V.3. Legislação Nacional.....	26
V.3.1. ECDU (Lei n.º 19/89, de 16 de Julho).....	26
V.3.2. Diploma que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário (DL n.º 48/86, de 13 de Março).....	27
V.3.3. Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro).....	27
V.3.4. Estatuto da AM (DL n.º 302/88, de 02 de Setembro).....	27
V.3.5. Regulamento da AM (Portaria n.º 425/91, de 24 de Maio).....	27
V.3.6. Quadro jurídico de atribuição dos graus académicos de mestre e de doutor pelas instituições de ensino universitário (DL n.º 216/92, de 13 de Outubro).....	28
V.3.7. Lei de Bases da Avaliação do Ensino Superior (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro).....	28
V.3.8. EMFAR (DL n.º 236/99, de 25 de Junho)	28
V.3.9. Lei da Organização e Ordenamento do Ensino Superior (Lei 26/2000, de 23 de Agosto).....	29
V.3.10. Aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior (DL n.º 88/2001, de 23 de Março).....	30
V.4. Programa do XIV Governo Constitucional.....	30
VI. O FUTURO DOS EMES.....	31
VI.1. Generalidades.....	31
VI.2. Ensino Universitário.....	32
VI.3. Ensino Politécnico.....	34
VI.4. Modalidades.....	37
<u>CONCLUSÕES</u>	40
<u>PROPOSTA</u>	43
Anexos	
Bibliografia	



ÍNDICE DE ANEXOS

A – Terminologia da Educação

B – Cursos ministrados na AM

C – Cursos ministrados na ESPE

D – Sistema Educativo e Formativo

E – Texto da Declaração de Bolonha

F – Análise da Declaração de Bolonha

G – Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha

H – Despacho do General CEME sobre “A AM e o exercício da docência universitária por militares”

I – Cadeiras essencialmente militares

J – Cadeiras com afinidade militar



*“Não houve forte capitão
que não fosse também douto e ciente.”*

Luís Vaz de Camões
“Os Lusíadas”, Canto V, Estrofe XCVII

INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Exército é desenvolvido em quatro estabelecimentos de ensino: IAEM, AM, ESPE e IMPE/SES.

O IAEM pratica um ensino de nível universitário pós-graduação e é o estabelecimento de ensino das Ciências Militares que ministra os cursos de promoção e qualificação mais elevados. Contudo, por não possuir um Conselho Científico, Corpo Docente compatível e Centro de Investigação, não lhe é reconhecido oficialmente o estatuto de estabelecimento de ensino superior e, como tal, não atribui qualquer qualificação académica aos seus formandos.

À AM, ESPE e IMPE/SES, é-lhes reconhecida este estatuto, encontrando-se inseridos no escalão Universitário (AM) e Politécnico (ESPE e IMPE/SES).

Destes três estabelecimentos, só a AM e a ESPE têm por missão a formação de alunos que, no final dos cursos, ascendem à categoria de oficiais, alimentando o QP do Exército. O IMPE/SES contribui indirectamente para este desiderato por via do convénio firmado com a ESPE, sendo o seu plano de cursos de carácter eminentemente civil, como civis são a grande maioria dos seus alunos.

Resulta daqui que são objecto deste trabalho a AM e a ESPE.

É vontade do Exército que estes dois estabelecimentos se mantenham inseridos no sistema educativo nacional. Em resultado desta vontade, associada aos desenvolvimentos que se verificam na Europa – criação de um Espaço de Ensino Superior, com qualidade –, e aos desenvolvimentos legislativos nacionais, a questão que levantamos e à qual nos propomos responder, é: “Que alterações são necessárias introduzir/realizar no Ensino Superior do Exército?”, não sem antes nos interrogar-mos sobre se o actual modelo é o mais adequado para a instituição, para a sociedade e para os próprios militares.

Este trabalho resultou do desafio colocado aos alunos do CEM de proporem um tema para o seu TILD, pelo que entendi situá-lo dentro da minha última experiência profissional: a de docente na



ESPE. Daí a proposta inicial de abordar o “Ensino Superior Politécnico: Perspectiva e Prospectiva”, posteriormente alargado para “Ensino Superior no Exército e a ascensão à categoria de oficial do quadro permanente; uma visão de futuro”.

É um tema cuja pertinência reside no facto de, face aos desenvolvimentos nacionais e europeus, se estar a discutir a Reforma do Ensino Superior Nacional, do qual o Ensino Superior Militar constitui um subsistema.

Embora elaborado no enquadramento académico do CEM, conviria que o esforço a dispendir resultasse numa fonte de informação para quem se quisesse informar sobre o Ensino Superior Militar, o qual se integra num ambiente complexo, com desenvolvimentos esperados a curto/médio prazo, não totalmente conhecidos. Daqui nasceu uma preocupação e critério de utilidade.

Adoptou-se uma metodologia de carácter prospetivo, na dinâmica passado-presente-futuro, abordando os desenvolvimentos do passado para compreender o presente e, face ao quadro legislativo e seus desenvolvimentos, identificar os desafios e as tendências para o futuro. Tudo em resultado de investigação bibliográfica e da utilização do método não directivo.

Os estabelecimentos de ensino militar surgiram à menos de 400 anos. Até meados do séc. XVII, a simplicidade da guerra e dos meios postos na luta, não exigiam dos comandantes grandes conhecimentos. Assim estes eram forjados na própria guerra onde evidenciavam a sua arte e aperfeiçoavam a sua formação prática.

A partir desta altura, surgem Escolas de Ensino Superior Militar em Portugal, visto que os progressos verificados na arte e ciência da guerra eram muitos e por isso tornava-se necessário preparar cientificamente e tecnicamente os chefes militares.

Poderemos dizer que estas escolas tinham por missão formar oficiais para as FA com o fim específico da guerra mas ao mesmo tempo oferecer-lhes uma formação profissional e intelectual além do desembarço físico bem salientes para a época. Alguns cursos que hoje são do âmbito civil eram ministrados nas escolas superiores militares.

Com a evolução da sociedade, começaram a existir algumas deficiências nestes cursos. Alguns incompletos para comportarem o avanço técnico, outros demasiado longos.

Deste modo começou a ser necessário dissociar o ensino superior civil das escolas superiores militares.



Os militares são cada vez mais canalizados para a sua missão de segurança e defesa da Pátria, enquanto que as diferentes especializações e suas vastas aplicações são acometidas para o âmbito civil.

Desta forma surgem as faculdades civis que não são mais que determinados ramos especializados das escolas superiores militares.

Disto damos conta na Evolução Histórica, em que nos referimos á evolução das Escolas Superiores Militares até à fundação da AM, e que constitui a primeira parte do nosso trabalho.

Na segunda parte focamos os modelos de formação adoptados em alguns países europeus e EUA, por forma a termos presente outras referências, que nos permitam fazer uma breve reflexão sobre o modelo adoptado em Portugal.

Após um breve enquadramento conceptual, que permitirá identificar a organização do nosso sistema educativo, iremos descrever o processo que permitiu aos EMES¹ passarem a integrar o Sistema Educativo Nacional e a conferir o grau académico de “Licenciado” e mais tarde o de “Bacharel”.

A quinta parte do trabalho consiste numa referência ao actual quadro legislativo (comunitário/europeu e nacional), no que concerne ao Ensino Superior, por forma a que se possam identificar quais os desafios que se colocam ao Exército relativamente ao actual modelo de Ensino Superior, o que constitui a sexta parte do nosso trabalho.

Face a isto retiraremos algumas conclusões, as quais irão contribuir para a apresentação de um conjunto de propostas, tendo em vista contribuir para uma definição do Ensino Superior no Exército no futuro.

Pelo facto da ESSM, também ela reconhecida como estabelecimento de ensino superior, servir os três Ramos das FA e não só o Exército, a par do facto de não ministrar formação inicial que permita o acesso à categoria de oficial do QP, não será objecto deste estudo. Da mesma forma, por transcender o Exército, não nos iremos debruçar sobre as consequências, ou possíveis consequências, que, em resultado das propostas a apresentar, possam incidir sobre os cursos da GNR, frequentados na AM e ESPE.

¹ Usamos a designação contida nos DL n.º 48/86 e DL 88/2001, tendo presente que pelo DL n.º 50/93, a AM e a ESPE são estabelecimentos de ensino militar e o IMPE é um estabelecimento militar de ensino.



CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES MILITARES

I.1. Até à fundação da Escola do Exército

Remonta a 1641 a primeira escola de ensino militar em Portugal, destinada a formar oficiais para o Exército. É neste ano que, por Decreto de 13 de Maio, assinado por D. João IV, foi cometido ao Cosmógrafo-Mor do Reino, Luís Serrão Pimentel, engenheiro de méritos reconhecidos², o cargo de ensinar "Artilharia e Esquadria".

É ainda este lente que, passados seis anos³, funda na Corte a primeira "Aula de Fortificação e Architectura Militar", com o objectivo de *“formar oficiais capazes não só de fazerem estudo da implementação e desenho das fortificações das praças de guerra ... mas também de dirigirem os trabalhos de cerco e ataque às Praças fortificadas ...”*⁴. É nesta Aula que, com uma preparação de base científica e técnica, obtida em território nacional, se formam os primeiros engenheiros e artilheiros militares⁵. Até aqui, os conhecimentos necessários à artilharia e arquitectura militar eram ensinados pelos jesuítas ou tinham de ser aprendidos no estrangeiro, de onde vinham os engenheiros recrutados para efectuar trabalhos nas fortificações ou em obras do mesmo género.

A partir de 1651⁶ esta Aula passa a ser conhecida e designada por “Academia Militar da Corte”, sem que haja Decreto Real nesse sentido.

Nos reinados de D. José (1750-1777) e de D. Maria I (1777-1786) é dado grande impulso ao ensino militar, instituindo-se ou reformando-se vários estabelecimentos científicos.

É deste período o “Real Colégio dos Nobres”, da iniciativa do Conde Schaumburg-Lippe, criado em 7 de Março de 1761, destinado a formar oficiais de Infantaria e Cavalaria, alargando o ensino superior militar a todas as armas.

² Maria Carrilho, Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX – Para uma explicação sociológica do papel dos militares, pg. 128.

³ Por Decreto de 13 de Julho de 1647.

⁴ Dorbalino dos Santos Martins (Capitão), A Academia Militar – Cadernos de História Militar N.º 2, pg. 3.

⁵ António M. Rosas Leitão (Coronel), O Ensino Superior Militar e os seus Planos de Estudo, pg. 270.

⁶ Idem, pg. 271, indica a data de 1752.



Em 1779, por Decreto de 5 de Agosto, firmado por D. Maria I foi instituída a “Academia Real de Marinha”, onde os candidatos a oficiais de engenharia e artilharia faziam durante dois anos, os preparatórios para a “Academia Militar da Corte”, e os candidatos a oficiais de Infantaria e Cavalaria, faziam os preparatórios em um ano, antes de ingressarem no “Real Colégio dos Nobres”.

Na sequência das invasões francesas e após longas *“reindivicações do corpo docente da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, no sentido de actualizar o ensino militar e conceder maior atenção à preparação dos oficiais portugueses”*⁷ são criadas em substituição desta Academia a “Escola do Exército”, em 12 de Janeiro de 1837 e a “Escola Politécnica”, que substituiu a “Academia Real da Marinha”, em 11 de Janeiro de 1837, sendo que a Escola Politécnica de Lisboa, de acordo com o artigo 1º do Decreto que a institui, tem como *“fim principal de habilitar Alumnos com os conhecimentos necessarios para seguirem os diferentes Cursos das Escólas de aplicação do Exercito, e da Marinha; offerecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrucção geral superior, e de adquirir a subsidiaria para outras profissões scientificas”*⁸.

1.2. Escola do Exército (1837-1911)

A instalação da Escola do Exército constitui *“um momento fundamental na história do Exército português, marcando o início da moderna organização militar do nosso país que implicava uma definição da carreira das armas no sentido da profissionalização do corpo de Oficiais”*⁹.

A organização dos cursos professados na Escola do Exército era a seguinte:

- Curso de Engenharia Militar e Artilharia (3 anos);
- CEM (2 anos);
- Curso de Cavalaria e Infantaria (1 ano);
- Curso de Engenharia Civil (2 anos).

Aparece assim um curso civil numa instituição militar o que, *“apesar de parecer uma anomalia institucional estava associada à prestação de serviço que os engenheiros militares então desempenhavam na direcção das obras públicas”*¹⁰.

⁷ Maria Carrilho, op. cit. (2), pg. 129.

⁸ Decreto publicado na Ordem do Exército n.º 5, de 20 de Janeiro de 1837, pg. 4.

⁹ Maria Carrilho, op. cit. (2), pp. 129-130.

¹⁰ António M. Rosas Leitão (Coronel), op. cit. (5), pg. 285.



A organização deste curso além de apresentar uma vantagem económica decorrente do evitar a construção de uma outra escola especial para o seu ensino, justificava-se porque os oficiais da arma de Engenharia eram empregues nas obras públicas e das necessidades da instrução desta arma tornar indispensável um ensino desenvolvido das ciências de construção, aplicados igualmente na Engenharia Civil.

Os candidatos à Escola do Exército para serem admitidos tinham que frequentar o curso preparatório do curso ou arma que propunham servir, os quais tinham lugar na Escola Politécnica.

A Escola do Exército funcionou normalmente até ao ano de 1863. Nesse ano, em 23 de Dezembro, o então ministro da guerra Visconde Sá da Bandeira decretou a sua reorganização, tendo em vista “*ajustar o seu ensino às exigências do desenvolvimento científico e tecnológico*”¹¹.

Em 1873, os cursos de Engenharia Militar e Artilharia diferenciam-se e os cursos de Infantaria e Cavalaria passaram a ter uma duração de dois anos.

Numa nova reorganização da Escola, em 1892, foi criado o curso de Engenharia de Minas com a duração de dois anos, justificado pela necessidade de desenvolver as fontes de riqueza nacional. O curso de Artilharia passou a ter a duração de dois anos.

Em 1894 verifica-se uma segunda reorganização, que sofre algumas alterações em 1897, onde se estabelece que “*a Escola do Exército era o estabelecimento de instrução superior especialmente destinado ao ensino das Ciências Militares e de Engenharia Civil e de Minas*”¹². Os preparatórios passam a ser iguais para todos os alunos, o que permite que a partir de 1896 se constitua um Curso Geral, que passa a constituir o 1º ano, após o que se procede à escolha das armas. Pode considerar-se esta reorganização como “*fundamental no processo de profissionalização do Corpo de Oficiais portugueses*”¹³.

Nos últimos anos da monarquia, o acesso à carreira das armas e à categoria de oficial passava pelos cursos da Escola do Exército (directamente) ou a partir da classe de sargentos.

¹¹ António M. Rosas Leitão (Coronel), op. cit. (5), pg. 286.

¹² Idem, pp. 288-289.

¹³ Maria Carrilho, op. cit. (2), pg. 131.



I.3. Reforma após a implantação da República

Com a implantação da República, todas as instituições sofreram profundas alterações, a isso não escapando a instituição militar. A Escola do Exército foi então modificada de modo a corresponder às novas exigências do Exército e às necessidades do ensino.

Por Decreto referendado pelo Governo Provisório e datado de 25 de Maio de 1911, era organizada a "Escola de Guerra", com a missão de *“... instruir, educar e preparar os officiaes de carreira, aquelles que teem de ser os instructores e educadores dos quadros que hão-de emoldurar a grande massa da nação, em unidades de combate”*¹⁴.

De acordo com a Lei Orgânica do Exército então decretada, a Escola de Guerra passou a professar exclusivamente cursos militares e o acesso dos sargentos à categoria de oficial, obrigava à frequência de um curso na Escola de Guerra, por haver vantagem *“de «unidade de origem» do Corpo de Officiais”*¹⁵.

É criado o curso de Administração Militar, sendo suprimido o curso de Engenharia Civil, assim como se produziram profundas modificações no curso da Arma de Engenharia Militar, para que formasse apenas engenheiros militares.

Os cursos que se dissociaram da Escola do Exército, passaram a ser ministrados num estabelecimento de ensino superior civil, criado pelo decreto de 23 de Maio de 1911, o “Instituto Superior Técnico”.

Na Universidade de Lisboa passa a existir a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em vez da Escola Politécnica, compreendendo as ciências matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais.

No Porto sucedeu outro tanto, dando a Academia Politécnica origem a duas Faculdades: a Faculdade de Ciências e a Faculdade Técnica, que forma engenheiros de diversas especialidades.

Cabrá aqui referir outras áreas em que o Ensino Superior Militar surge como precursor de Escolas Superiores Cíveis como é o caso da Escola Superior de Medicina Veterinária que teve a sua origem, em 1830, ano da publicação do alvará que criou a Escola Veterinária Militar, destinada à preparação de veterinários para o Exército. Esta Escola é incorporada,

¹⁴ Ordem do Exército n.º 12, de 27 de Maio de 1911, pg. 807.

¹⁵ Maria Carrilho, op. cit. (2), pg. 235.



em 1852, no Instituto Agrícola que, em 1864, dá origem ao Instituto Geral de Agricultura, com duas secções distintas: Agronomia e Veterinária.

Em 12 de Dezembro de 1910, da Secção de Agronomia nasce o actual Instituto Superior de Agronomia e da Secção de Veterinária surge a Escola de Medicina que, em 1918, passa a chamar-se Escola Superior de Medicina Veterinária.

Também no âmbito da Farmácia convirá referir que até 1902 a formação dos farmacêuticos passava essencialmente pelo âmbito militar. Assim, em 1713, com a nomeação de Leonardo da Costa de Almeida para boticário do Hospital do Castelo de S. Jorge dá-se origem à Farmácia Militar Portuguesa¹⁶.

Com o decreto de 10 de Maio de 1919 a Escola de Guerra passa a denominar-se “Escola Militar”. O CEM, Infantaria, Cavalaria e Administração Militar, passa a ter duração de três anos, e a Engenharia e Artilharia quatro anos.

A partir de 1925, o CEM passa a ser ministrado na “Escola Central de Oficiais”.

Em 1940 é recuperada a designação de Escola do Exército, sendo estabelecida uma nova organização orientada para a redução da duração dos cursos, por razões economicistas. É criado o curso de Aeronáutica e ao curso de Engenharia são suprimidas as matérias não necessárias ao desempenho de engenheiro militar, pelo que o seu currículo é diferente do curso de Engenharia Civil.

Em 1959 nova alteração no nome do estabelecimento militar, que assume a designação que ainda hoje mantém: AM. Associada a esta alteração está o propósito de, em resultado das lições retiradas da II GG e aos desenvolvimentos tecnológicos e doutrinares, reunir num só estabelecimento de ensino a preparação dos oficiais dos três Ramos das FA.

Com esta projectada integração, foi criado um plano de estudos em que o primeiro ano era comum às diferentes armas e serviços¹⁷, do Exército e da Força Aérea, sendo projectado para aplicação à Marinha, no que se pode classificar como “embrião” da frustrada Proposta de Lei n.º 281/VII, de Maio de 1999, que projectava criar uma UFA.

¹⁶ José A. Damas Móra (Coronel), Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, pg. 10.

¹⁷ Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Transmissões, Engenharia Militar (Exército e Força Aérea), Engenharia Electrotécnica Militar (Exército e Força Aérea), Engenharia Mecânica Militar (Exército e Força Aérea), Administração Militar, Aeronáutica Militar e Engenharia Aeronáutica Militar.



CAPÍTULO II – MODELOS DE FORMAÇÃO EXISTENTES

II.1. Generalidades

Verificámos no capítulo anterior que a origem do ensino militar em Portugal se reporta ao período da Restauração, em que havia uma premente necessidade de quadros fieis à manutenção da soberania nacional.

A formação dos oficiais teve, desde o início, um cariz científico, de nível superior, característica que enformou todas as escolas militares até aos nossos dias, em que a formação ministrada se inscreve no Ensino Superior – Universitário e Politécnico –, através da AM e da ESPE.

Importa ver agora que modelos foram adoptados por outros exércitos, verificar se há, ou não, pontos em comum e efectuar uma breve reflexão.

II.2. Escolas de Formação de Oficiais

Não existe um modelo único de Escola para ministrar a formação que possibilite o acesso à categoria de oficial do QP. Pelo contrário, os modelos são diversos, encontrando-se contudo semelhanças entre alguns países.

Para melhor entendermos esta diversidade, vamos referir-nos a estas Escolas, debruçando-nos sobre a natureza da Formação Académica que ministram, bem como sob o tipo de Formação Militar ministrada.

No que concerne à Formação Académica, esta varia entre a ausência de habilitação com um grau académico, até à habilitação com licenciatura. Nestes casos, a licenciatura pode ter, ou não, equivalência civil, havendo escolas que comportam as duas situações: a determinados cursos conferem um grau com equivalência civil e a outros esse grau é atribuído sem que lhe corresponda a equivalência referida.

No que diz respeito à formação militar, passa-se uma situação em tudo análoga. Há escolas que não a consideram, pelo que não é incluída nos currículos dos cursos, e outras que incluindo-a nos currículos, visam aspectos distintos: de natureza comportamental, umas, de formação técnico-táctica, outras.



Para ilustrar esta situação vamo-nos socorrer de algumas escolas¹⁸, que abarcam o leque de situações referido.

Alemanha - Universidade das Forças Armadas Federais de Hamburgo (UniBwH) e Munique (UniBwM)

A formação académica ministrada confere o grau de licenciatura, com equivalência civil, a todos os alunos que frequentam a Universidade, independentemente da arma a que se destinam. Não existe uma relação entre Arma/Serviço e a licenciatura a frequentar – excepto aos que se destinam á arma de Engenharia –, a qual só é restringida pela quantidade de cursos disponibilizados pela Universidade, que vão desde as ciências humanas ás ciências exactas. Os cursos têm a duração de dez trimestres¹⁹ e a admissão está restringida a indivíduos com o 12º ano de escolaridade e com o serviço militar cumprido, pelo que a formação militar não é considerada no currículo.

A frequência do curso é feita trajando à civil e o Corpo Docente é, na sua totalidade, civil. Durante a sua frequência não é permitida a reprovação em qualquer dos anos.

A Universidade depende do Ministério da Defesa e cerca de dois terços dos oficiais abandonam as FA ao fim de 12 anos de serviço²⁰, período coincidente com o fim do contrato estabelecido com as FA. O terço restante passa a integrar o QP.

Reino Unido – Royal Military Academy at Sandhurst

A admissão à Academia é facultada a indivíduos com o 12º ano de escolaridade, bem como a indivíduos já detentores de uma licenciatura civil, os quais constituem o grosso dos alunos admitidos.

Os cursos têm a duração de quarenta e quatro semanas, ao longo das quais é ministrada exclusivamente formação militar – comportamental e técnico-táctica.

A diferença entre o ser-se ou não possuidor de um grau académico reflecte-se na progressão na carreira, onde os não detentores de licenciatura demoram mais cinco anos a atingir o posto de capitão.

¹⁸ Carlos Branco (TCor), Repensando a Escola de Oficiais, pp. 1-2; Alunos do CEM 2000/2002: Maj Mark Jeffris (EUA), Maj Chris Luckam (Reino Unido), Maj George Martinez (França); Alunos do CEM 2001/2003: Maj Pfeifer (RFA), Maj Carella (Itália) e Comandante Cabrero (Espanha).

¹⁹ Os mesmos cursos ministrados nas Universidades civis organizam-se em cadeiras Semestrais.

²⁰ Á situações em que tal é possível ao fim de oito anos e outras, os pilotos-aviadores, ao fim de quinze anos.



França – Ecole Spéciale Militaire de Saint-Cyr

Em França, o acesso à carreira de oficial do QP não é exclusivo de Saint-Cyr, podendo ser obtido por outras vias, à semelhança do que se verifica em Portugal.

Em Saint-Cyr a formação académica coabita com a formação militar, não conferindo, contudo, qualquer grau académico de nível superior.

EUA – United States Military Academy West Point

Nos EUA são várias as Escolas que permitem o acesso à categoria de oficial do QP. De todas elas, a mais emblemática é a de West Point. Aqui, a formação académica é ministrada a par de formação militar, conferindo no final um grau académico com equivalência civil. Um largo número de oficiais, em determinada altura, trocam a carreira das armas por uma carreira civil.

Cerca de metade dos oficiais oriundos desta Academia frequentam o CEM americano, condição essencial para a progressão na carreira, o que constitui um indicador para a tomada de decisão.

Espanha – Academia General Militar de Zaragoza

Para aceder à categoria de oficial do QP é obrigatório passar por esta Academia. Os oficiais das armas e serviços obtêm uma licenciatura sem equivalência civil (excepto os “engenheiros”) ao fim de cinco anos. A par da formação académica, recebem ainda formação militar - de natureza comportamental e técnico-táctica.

Os oficiais oriundos de sargentos frequentam aqui um dos dois anos de formação a que são sujeitos, não recebendo qualquer grau académico. Mantêm, os oriundos das armas, a ligação à arma de origem. Os outros, passam aos quadros técnicos.

Os oficiais já licenciados, admitidos por concurso, frequentam a Academia cerca de um ano escolar, onde recebem formação militar.

Itália – Academia Militar de Modena

A frequência da Academia, durante cinco anos, confere um grau académico, licenciado em Estratégia, com equivalência civil.

A par da formação académica, os alunos são também sujeitos a formação militar, de natureza comportamental e técnico-táctica.



O acesso à categoria de oficial do QP é também permitida a sargentos, que frequentam, numa outra escola, um curso de cerca de seis meses, a que não corresponde qualquer grau académico, destinando-se aos quadros técnicos.

Portugal – AM e ESPE

Em Portugal, a ascensão á categoria de oficial do QP pode ser feita por duas vias: AM e ESPE.

Quer uma quer outra conferem graus académicos em resultado da formação ministrada. A par da formação académica é também ministrada formação militar, de natureza comportamental e técnico-táctica.

Na AM²¹ os alunos dos cursos de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Administração Militar, obtêm o grau de licenciado em Ciências Militares, o qual não tem equivalência civil. Já os restantes cursos, Transmissões, Engenharia, Serviço de Material e Serviço de Saúde, obtêm uma licenciatura com equivalência civil, conferida pela AM, à excepção do Serviço de Saúde, a qual é conferida pelas Faculdades onde os cursos são frequentados.

A Formação Militar é ministrada de uma forma bipartida pelo Corpo de Alunos (componente comportamental) e Direcção de Ensino (componente técnico-táctica).

Na ESPE²² os alunos obtêm o grau de bacharel em Ciências Militares, o qual não tem equivalência civil²³. A Formação Militar é ministrada de uma forma bipartida pelo Corpo de Alunos²⁴ e Direcção de Ensino, incidindo fundamentalmente na componente técnico-táctica.

Verifica-se assim que a grande maioria dos oficiais possui um grau académico – Licenciatura ou Bacharelato –, em resultado da sua obtenção durante a formação nas Escolas Militares, ou obtida antes do seu ingresso. A excepção é a França onde a AM não confere graus académicos e o Reino Unido. Contudo, este último não conferindo grau académico,

²¹ C.f. Anexo B – Cursos ministrados na AM.

²² C.f. Anexo C – Cursos ministrados na ESPE.

²³ Os alunos dos CTM de Manutenção de Transmissões e de Manutenção de Material, frequentam, nos dois primeiros anos, os cursos de Engenharia Electrotécnica e Engenharia Mecânica, respectivamente, no IMPE/SES. O mesmo se passa com os alunos do CTM de Exploração das Transmissões, os quais frequentam o 1º ano do Curso de Engenharia Electrotécnica no mesmo Instituto. Na ESPE fazem os restantes anos (um ou dois conforme os cursos) e recebem formação militar durante os três anos de duração do curso.

²⁴ O Corpo de Alunos é constituído somente por uma Companhia de Alunos, sendo a formação militar “assumida” pelo Comandante de Companhia, através da Instrução do Corpo de Alunos.



recruta a quase totalidade dos seus alunos entre indivíduos com licenciatura obtida numa Universidade civil.

Verifica-se ainda que os países da Europa do Sul apresentam modelos idênticos: concedem licenciaturas sem equivalência civil, aos oficiais das armas (Portugal e Espanha), e licenciaturas com equivalência civil aos oficiais das “engenharias”.

II.3. Breve reflexão

O exército profissional surge na sequência da Revolução Francesa e com ele o militar profissional passa a ser o “interlocutor privilegiado no relacionamento dos militares com a sociedade”.²⁵ Começa a tomar corpo a ideia do controlo civil sobre a instituição militar e, para lutar, os militares “necessitam” de causas moralmente justas para além de sentimentos nacionalistas, o que na actualidade, se apresenta sedimentado e bem evidente, nos estados democráticos.

Com Max Weber e Janowitz²⁶ nasceu a ideia de uma convergência da sociedade militar com a sociedade envolvente, esbatendo características particulares da instituição militar, como componente da sociedade. Nesta perspectiva, a profissão militar colocar-se-ia como qualquer outra, no campo do mercado de emprego, funcionando as FA como uma empresa. Verificou-se que essas teses não tinham cabimento na prática e realidade militar. Moskos²⁷ introduziu a hipótese pluralista para resolver a polémica divergência-convergência entre FA e sociedade civil, contrapondo as noções de instituição e ocupação.

É indubitável que o serviço militar tem tido sempre para os seus “profissionais”, fortes características institucionais, com uma forte componente de responsabilidade ética, grandes exigências de sacrifício pessoal e disponibilidade total, que se enquadram mal no perfil de uma profissão, no comum sentido do termo²⁸. Esse modelo profissional de tipo institucional tem sido posto em contraste com o chamado tipo ocupacional, mais baseado em princípios de mercado, com mais vincada prioridade dos interesses pessoais e, sem dúvida, com incidência evidente nalguns profissionais militares, mais de cariz técnico e de apoio aos militares combatentes, como os médicos e enfermeiros.

²⁵ Baptista e Silva (Coronel), Os militares e a Sociedade, pg. 5.

²⁶ Autor das obras, The professional soldier, e Military Institutions and Coercion in the Developing Nations.

²⁷ Autor da obra, The Military: more than just a job?.

²⁸ Aranda Pinheiro (Coronel), Tendências dos militares do quadro permanente – profissional ou ocupacional, pp. 17-19.



Pode-se afirmar que o Exército tem procurado evitar as consequências organizativas do modelo ocupacional, mas sem ter deixado de ceder por vezes aos imperativos ocupacionais, de que, uma vez mais, são exemplo os médicos e enfermeiros militares.

É óbvio que o modelo plural, misto, de Moskos, é o que vem constituindo a solução para os exércitos modernos.

A profissionalização do Exército choca com a concepção institucional, levando a que a componente ocupacional assuma um papel superior à institucional. É o que acontece nos EUA e Alemanha, razão pela qual, em determinada fase da carreira, os militares trocam a carreira das armas por uma actividade civil. Daí o facto de os cursos que ministram nas suas “Academias” terem uma equivalência civil.

Caminhando o nosso Exército para a profissionalização, a par do facto do Exército necessitar, regularmente, de oficiais com formação específica em Psicologia, Sociologia, Engenharia Informática, Engenharia Geográfica e Educação Física, que obtém após dez anos de formação²⁹, permite-nos questionar se o actual modelo é o mais adequado, bem como se a licenciatura em Ciências Militares é a mais adequada aos interesses da Instituição, da sociedade e dos militares. Porque não considerar extensivo a todos os alunos o modelo aplicado ao Serviço de Saúde³⁰: os alunos frequentam as aulas nas faculdades, em cursos com interesse para o Exército, independentemente da arma³¹ de destino, ministrando a AM a formação militar, com a vantagem de:

- se extinguir um EMES – a ESPE;
- haver uma origem comum de todos os oficiais;
- haver uma formação com equivalência civil de todos os oficiais, com possibilidade de saídas laterais, permitindo uma mais fácil gestão dos Recursos Humanos.

Contudo, é vontade do Exército que a AM e a ESPE continuem a ser EMES, pelo que nos vamos debruçar sobre esta decisão, ficando em aberto a possibilidade de adopção de outro modelo.

²⁹ Os cinco anos da AM, para ingressar no QP, mais os cinco anos de frequência curricular na Universidade.

³⁰ Tal necessita de estudos aprofundados sobre as implicações financeiras.

³¹ Os de Infantaria, Artilharia e Cavalaria.



CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

III. 1. Organização do sistema educativo

O sistema educativo nacional encontra-se regulamentado através da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo que o define como “*o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*”³². O seu desenvolvimento não é um exclusivo de instituições ou entidades públicas, podendo ser “partilhada” por instituições e entidades particulares e cooperativas (n.º 3, art.º 1º). Ao Ministério da Educação cabe a coordenação da política a ser seguida por estas instituições e entidades, a qual deve obedecer a um conjunto de Princípios gerais (art.º 2º) e organizativos (art.º 3º), permitindo-nos destacar que deve “*contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal ...*”³³, bem como, “*desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação*”³⁴.

O sistema educativo encontra-se organizado em três patamares distintos, como distintos são os objectivos que perseguem. Assim, ele compreende a educação pré-escolar, escolar e extra-escolar.

A educação pré-escolar inicia-se a partir dos três anos de idade, desenvolvendo-se até aos seis, enquanto que a educação extra-escolar visa possibilitar “*a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência*”³⁵ para, entre outras coisas, eliminar o analfabetismo literal e funcional.

³² N.º 2, art.º 1º.

³³ Alínea a), art.º 3º.

³⁴ Alínea e), artigo 3º.

³⁵ Artigo 23º.



A educação escolar articula-se em três níveis, denominados de ensino básico, secundário e superior, abrangendo ainda algumas modalidades especiais.³⁶ É na educação escolar que se situa o âmbito do nosso trabalho, articulando-se o ensino superior em ensino universitário e politécnico, que se distinguem por terem objectivos distintos.

III. 2. Objectivos e graus académicos

O ensino universitário “*visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural*”, para além de “*uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica*”³⁷.

O ensino politécnico, “*visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais*”³⁸.

Face a estes objectivos, de cariz diferente, infere-se que o Ensino Superior tem dois tipos de vocação diferente, em que a Universidade parte do saber para o saber fazer, enquanto que no Politécnico há uma coincidência do saber, do saber fazer e do fazer.

Da frequência, com aproveitamento, do ensino superior podem ser obtidos quatro graus académicos: bacharel, licenciado, mestre e doutor (ver Anexo A-2, A-4, A-6 e A-7).

Os dois primeiros graus académicos podem ser obtidos através da frequência quer do ensino universitário, quer do ensino politécnico. Ao ensino universitário está reservado a atribuição dos dois últimos graus académicos – mestre e doutor –, sendo que este último constitui o grau mais elevado conferido no sistema educativo.

O esforço, em termos temporais, para a obtenção dos dois primeiros graus varia entre três anos para um bacharelato (podendo ter uma duração inferior em um, ou dois semestres) e quatro anos para uma licenciatura (podendo ter mais um a quatro semestres).

³⁶ C.f. Anexo D – Sistema Educativo e Formativo.

³⁷ Artigo 11º, 3.

³⁸ Artigo 11º, 4.



III. 3. Estabelecimentos e processos de selecção

A frequência e obtenção dos graus académicos têm lugar nos estabelecimentos de ensino superior designados por:

- universidades;
- escolas universitárias não integradas³⁹;
- institutos politécnicos;
- escolas superiores politécnicas não integradas.

Os dois primeiros estabelecimentos destinam-se ao ensino universitário, organizado-se as universidades em unidades orgânicas - faculdades, institutos, escolas e departamentos.

Os dois seguintes constituem os locais onde é ministrado o ensino politécnico, organizando-se os institutos politécnicos em unidades orgânicas – escolas politécnicas.

Estes estabelecimentos são competentes para seleccionar e seriar os candidatos que pretendem ingressar num determinado curso, desde que obedeçam a um conjunto de princípios estabelecidos⁴⁰, onde se inclui a obrigatoriedade destes candidatos serem possuidores do 12º ano de escolaridade e a sua classificação final do ensino secundário ser obrigatoriamente considerada.

³⁹ Que podem ser designados de institutos universitários.

⁴⁰ Lei n.º 115/97, art.º 12º.



CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO NOS EMES A PARTIR DE 1974

IV.1. Reforma do Ensino Superior Militar

Logo após a Revolução, começou a pensar-se na Reforma do Ensino Superior Militar. Existiam na altura dois estabelecimentos de ensino com características universitárias destinados á formação de oficiais dos quadros permanentes: a EN, para a Armada, e a AM, para o Exército e a Força Aérea.

Dos cursos ministrados na AM, só os referentes à Engenharia conferiam grau académico de licenciado, por equivalência às licenciaturas do Instituto Superior Técnico⁴¹.

É então criado um grupo de trabalho, que no relatório elaborado aponta para:

- “- A manutenção do nível universitário dos cursos e a inserção no conjunto do ensino superior nacional, mantendo autonomia formal em relação ao MEC;*
- O enriquecimento dos cursos, não só no aumento das cadeiras de índole universitária, mas também na criteriosa escolha das mesmas, por forma a dar à preparação do futuro oficial um cunho humanístico, que então não possuía;*
- O grau de licenciado em ciências militares para todos os cursos.”⁴².*

Consideravam ainda que devia haver uma formação comum nas cadeiras universitárias de base, durante dois a três anos, e uma faculdade por cada ramo (onde seria ministrada a formação específica). Em resultado deste novo “esquema” esperava-se que os oficiais experimentassem uma integração mais fácil, caso abandonassem a carreiras das armas, permitindo ainda um esbatimento da dicotomia sector militar - sector civil. Tal ia de encontro à intenção da reforma de 1959.

A questão do Ensino Militar recebeu novo impulso em Julho de 1976, com a promoção de um colóquio na AM subordinado ao tema “Ensino Militar Superior” onde, entre outras personalidades civis e militares, foram conferencistas o Ten Cor Inf C/CEM Arnaldo

⁴¹ A AM ministrava os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Electrotécnica e Engenharia Mecânica, os quais eram também frequentados por alunos civis, em regime de externato. No ano lectivo 1974/75, o número destes alunos ascendia a 126.

⁴² José Baptista Alves (Coronel), *A Formação Base nas Academias Militares*, pg. B-20.



Manuel de Medeiros Ferreira⁴³, com o tema “Factores da Evolução do Ensino Militar Superior”, Cor PilAv Narciso Mendes Dias⁴⁴, com o tema “Factores Determinantes na Evolução do Ensino Militar Superior” e o Cor Inf António da Silva Osório Soares Carneiro⁴⁵, com o tema “Objectivos do Ensino Militar Superior e Funções da Academia Militar”, os quais se encontram publicados na Revista “Nação e Defesa”, n.º 2, de Novembro de 1976.

Como factores determinantes na evolução do ensino militar superior foram identificados:

- a política superiormente traçada (nomeadamente a constituição em vigor e as leis promulgadas com influência sobre as FA);
- a estrutura económica e social existente;
- o nível cultural e educacional do país e das FA;
- as motivações que conduzem os jovens a escolher a carreira militar e, mais ainda, as razões da diminuição cada vez maior daquelas motivações;
- o estado actual e a evolução provável dos conhecimentos humanos de toda a ordem;
- a necessidade duma cooperação cada vez maior entre os ramos das FA, em todos os níveis e em todos os campos;
- os cursos civis que possam satisfazer, em parte, as necessidades das FA e, por outro lado, os cursos civis que possam ser ministrados nos estabelecimentos militares de ensino;
- as estruturas actuais desses estabelecimentos, não como factor rigidamente determinante, mas unicamente como realidade que não parece poder ser invocada;
- as disponibilidades financeiras superiormente concedidas, embora estas devam ser mais limitativas da quantidade do que da qualidade.

Foi ainda reconhecida, pelo Ten Cor Medeiros Ferreira, a necessidade de ministrar aos futuros oficiais uma formação humanística, técnico-científica e técnico-militar⁴⁶, ao mesmo tempo que defendia a criação de uma “*Academia Geral das Forças Armadas*”⁴⁷.

O Cor Mendes Dias considerou que as cadeiras deveriam ser tanto quanto possível equivalentes, pois que “*assim qualquer oficial poderá depois, pelo seu esforço ou pelas*

⁴³ Mais tarde atingiu o posto de Major-General.

⁴⁴ Á época Director da Escola Superior da Força Aérea e, mais tarde, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

⁴⁵ Que veio a desempenhar a função de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, após ter sido candidato á Presidência da República.

⁴⁶ Medeiros Ferreira (Tenente Coronel), Factores da Evolução do Ensino Militar Superior, pg. 151.

⁴⁷ Idem, pg. 150.



facilidades que a organização lhe der, que nisso também pode estar interessada, completar um curso civil”⁴⁸.

Por seu lado o Cor Soares Carneiro considerava que “*à Academia Militar pertence: ministrar uma formação técnica-científica e humanística de nível superior, por forma a facultar aos futuros oficiais as bases de conhecimento e cultura indispensáveis ao exercício da profissão e à dignificação da função militar ...*”⁴⁹.

Na sequência destes desenvolvimentos e a partir do ano lectivo 1977/78, os cursos da AM passaram a ter a duração de cinco anos.

IV. 2. A Integração dos EMES no Ensino Superior Universitário

A integração dos EMES⁵⁰ no Ensino Superior Universitário concretizou-se em 1986 com a publicação do DL 48/86, de 13 de Março, que define o quadro legal que regula o relacionamento institucional dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário português. Tal é justificado no preâmbulo do DL onde, no segundo parágrafo, se lê que:

“A complexidade e o eclectismo das funções dos futuros oficiais, resultantes da servidão própria da profissão, do permanente e acelerado desenvolvimento tecnológico e dos problemas humanos que têm de enfrentar como chefes militares, como educadores e como instrutores, obrigam a uma sólida, intensa e específica preparação básica de nível superior, em moldes análogos aos das universidades, necessariamente marcada por uma profunda componente ético-militar, característica da própria instituição”.

Do constante neste diploma importa referir que:

- o grau de licenciado em Ciências Militares, é de nível equivalente ao grau de licenciado conferido pelas universidades (n.º 3, art.º 2º);
- se devem criar órgãos de Conselhos (designadamente um conselho científico), aproximando as Academias às Universidades (n.º 1, art.º 3º);
- se devem estabelecer Convénios com outros estabelecimentos de ensino superior como formas privilegiadas de cooperação (n.º 1, art.º 4º);
- professores civis dos EMES se aplica o Estatuto da Carreira Docente Universitária, sem prejuízo da aplicação dos regulamentos próprios (art.º 6º).

⁴⁸ Mendes Dias (Coronel), Factores Determinantes na evolução do Ensino Militar Superior, pg. 162.

⁴⁹ Soares Carneiro (Coronel), Objectivos do Ensino Militar Superior e Funções da Academia Militar, pg. 177.

⁵⁰ EN, AM e AFA, criada em 27 de Janeiro de 1978, separando-se da AM.



IV. 3. A Integração dos EMES no Ensino Superior Politécnico

Com a criação das Escolas Politécnicas de Lisboa e Porto, deixou de se pensar somente no ensino conceptual, para se começar a pensar num ensino mais prático, mais ligado ao desempenho de certas profissões, um ensino mais voltado para o “saber fazer”. Encontrar-se-á, possivelmente, nestas escolas o embrião do ensino politécnico que, em Portugal, se começa a falar em 1973, com a Lei de Reforma do Sistema Educativo⁵¹. Aqui se fala em Institutos Politécnicos, estabelecendo-se que conferem o grau de bacharel, com a duração de três anos.

Um pouco mais tarde, o Governo⁵² decreta que *“o ensino superior é assegurado, de acordo com a Lei de Reforma do Sistema Educativo, por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados”*⁵³ e que os Institutos Politécnicos são *“centros de formação técnico-profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração, orientado de forma a dar predominância aos problemas concretos e de aplicação prática, e promover a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional”*⁵⁴.

A Revolução de Abril veio adiar esta Reforma e só em 1977, através do DL n.º 427-B é *“instituído o ensino superior de curta duração”* (artigo 1º), o que, como se refere no seu preâmbulo, *“irá permitir não só uma diversificação do ensino superior, mas também satisfazer necessidades prementes em vários sectores sócio-económicos, pela formação de técnicos qualificados em actividades em que é manifesta a sua falta ...”*.

Mais tarde é publicado o DL n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, que, no seu número 1., afirma: *“O ensino superior politécnico – designação porque passa a ser conhecido o ensino superior de curta duração ... visa, no essencial, dotar o País com os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento”*.

A coexistência do ensino superior politécnico, impregnado de uma técnica vincadamente profissionalizante, com o ensino superior universitário, de características mais conceptuais

⁵¹ Lei n.º 5/73, de 25 de Julho.

⁵² Do qual era Ministro da Educação o Professor Veiga Simão.

⁵³ DL n.º 402/73, de 11 de Agosto, n.º 1, art.º 1º, Capítulo I.

⁵⁴ Idem, n.º 4, art.º 1º, Capítulo I.



e teóricas, traduzindo a real diversificação operada no âmbito do sistema do ensino superior, “*é o resultado de uma opção ditada por razões de eficiência e de adequação daquele sistema à estrutura sócio económica em que se insere, sem prejuízo, embora, da conveniente articulação entre ambos os referidos tipos de ensino*”. Mais à frente, no número 2., diz-se que ao ensino superior politécnico “*se pretende conferir uma dignidade idêntica ao universitário*”.

No Exército, a problemática do ensino politécnico militar, como parte integrante do ensino superior militar, nasce devido à Lei de Bases do Sistema Educativo e ao EMFAR⁵⁵, o qual estabelecia que, para ingresso na categoria de oficial do QP é necessário estar-se habilitado com:

- licenciatura ministrada nos EMES ou em outros estabelecimentos de ensino superior complementadas por formação ministrada em organismos militares adequados;
- curso equiparado a bacharelato, ou bacharelato ministrado em estabelecimentos de ensino superior complementados por formação ministrada em organismos militares adequados.

Os cursos, nos três Ramos, que habilitavam ao acesso às carreiras de oficiais para além dos cursos de licenciatura, não eram organizados em moldes de Ensino Superior, nem cumpriam os requisitos mínimos impostos por este tipo de ensino, de que se destacam as:

- condições de acesso;
- graus e diplomas conferidos;
- constituição do Corpo Docente;
- organização curricular dos cursos;
- inserção no Ensino Superior.

Várias opções se colocavam para ultrapassar esta situação, tendo-se optado pelo encerramento do ISM, a funcionar em Águeda⁵⁶, e a criação da ESPE⁵⁷, em 1996.

Encontrando-se no sexto ano de funcionamento, a ESPE aguarda ainda a publicação do Estatuto e do Regulamento, existindo somente em ante-projecto.

⁵⁵ DL n.º 34 - A/90, de 24 de Janeiro.

⁵⁶ O que se verificou em 1994.

⁵⁷ DL n.º 248/96, de 24 de Dezembro.



CAPÍTULO V - QUADRO LEGAL VIGENTE

V.1. Legislação Comunitária

O Tratado que institui a Comunidade Europeia⁵⁸ assinado em Roma, em 25 de Março de 1957, explicita que a sua missão é a criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária, donde resultam políticas ou acções comuns, tendo em vista alcançar:

- o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas;
- um elevado nível de emprego e de protecção social;
- a igualdade entre homens e mulheres;
- um crescimento sustentável e não inflacionista;
- um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias;
- um elevado nível da qualidade do ambiente;
- o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros.

Há contudo áreas que continuam a ser responsabilidade dos Estados, limitando-se a Comunidade a contribuir para o aumento dos seus “níveis” de qualidade.

A educação e formação, por força do estatuído na alínea q) do artigo 3º do Tratado Institutivo da Comunidade Europeia:

“Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros”,
é uma destas áreas.

Não havendo uma política comum⁵⁹, há contudo um esforço da Comunidade no incentivo à cooperação entre os Estados-membros, sabendo-se que a qualidade da educação e da formação é um objectivo de todos eles, pretendendo-se que haja uma melhoria da qualidade do ensino superior.

⁵⁸ Na versão consolidada, resultante das alterações introduzidas pelo Tratado de Amsterdão.

⁵⁹ O conteúdo do ensino e a organização dos sistemas de educação e de formação, são da responsabilidade de cada Estado.



É natural que no seio de quinze Estados-membros, onde pontificam culturas e línguas bastante diferenciadas, se verifique uma diversidade ao nível dos sistemas de educação, havendo a necessidade de entendimento no que diz respeito às qualificações e diplomas conferidos pelos estabelecimentos de ensino superior, por forma a facilitar a mobilidade transnacional.

No sentido de possibilitar o reconhecimento mútuo das qualificações académicas e profissionais a nível comunitário é recomendado aos Estados-membros, a criação de sistemas transparentes de avaliação, que:

- garantam a qualidade do ensino superior, numa altura em que as transformações tecnológicas e económicas lançam novos desafios aos estabelecimentos de ensino superior;
- ajudem os estabelecimentos de ensino superior a encontrar medidas para melhorar a sua qualidade;
- incentivem a cooperação entre estabelecimentos de ensino superior, tendo em vista o aumento da qualidade e o reconhecimento comunitário.

Estes sistemas de avaliação devem ter em consideração um conjunto de elementos⁶⁰, tais como a:

- autonomia e/ou independência dos organismos encarregados da avaliação da qualidade na escolha dos processos e métodos (o que contribui para a eficácia dos processos de avaliação e para a aceitação dos seus resultados);
- adaptação dos processos e métodos de avaliação da qualidade ao perfil e à missão dos estabelecimentos de ensino superior, no respeito pela sua autonomia e/ou independência (a especificidade do estabelecimento, resultado das necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, “obriga” ao conhecimento dos objectivos institucionais);
- utilização, em função dos objectivos, dos elementos de avaliação da qualidade interna e/ou externa adaptados aos processos e métodos utilizados (um elemento interno de auto-reflexão e um elemento externo baseado no parecer de peritos externos);
- participação das diferentes partes interessadas em função do objecto da avaliação da qualidade⁶¹ (o elemento interno de auto-reflexão – corpo docente e discente –, o elemento externo – peritos independentes externos e agentes do estabelecimento em avaliação);

⁶⁰ www.Cnaes.pt/DOCS/Diversos/Recomend_CE/Recomendação%2098_561_CE.pdf (Recomendação do Conselho da União Europeia – 98/561/CE), em 22Nov01.

⁶¹ A participação de peritos estrangeiros possibilitaria o intercâmbio de experiências, sendo por isso desejável e aconselhável.



- publicação dos resultados da avaliação da qualidade (constituindo uma referência e possibilitando a informação dos cidadãos).

Em Portugal, o organismo encarregue da avaliação da qualidade dos Estabelecimentos de Ensino Superior e na escolha dos processos e métodos é o CNAVES, cuja presidência é exercida pelo Professor Doutor Adriano Moreira. Este Conselho já aprovou e difundiu pelos Estabelecimentos de Ensino Superior os documentos acima referidos, nomeadamente:

- Processo de Avaliação – Ensino Universitário (Guião de Auto-Avaliação), aprovado em 01 de Março de 2000 em reunião plenária do CNAVES, com as alterações introduzidas, para os estabelecimentos de ensino militar, em reunião plenária de 29 de Outubro de 2001;
- Processo de Avaliação – Ensino Politécnico (Guião de Auto-Avaliação), aprovado em 01 de Março de 2000 em reunião plenária do CNAVES, com as alterações introduzidas, para os estabelecimentos de ensino militar, em reunião plenária de 29 de Outubro de 2001;
- Processo de Avaliação – Ensino Universitário (Guião para a Avaliação Externa), aprovado em 13 de Julho de 2000 em reunião plenária do CNAVES;
- Processo de Avaliação – Ensino Politécnico (Guião para a Avaliação Externa), aprovado em 13 de Julho de 2000 em reunião plenária do CNAVES.

V.2 A Declaração de Bolonha

A Declaração de Bolonha⁶² foi assinada em 19 de Junho de 1999 pelos Ministros da Educação de vinte e nove países europeus⁶³, e tem em vista a criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior, o qual contribuirá para uma maior integração europeia, pretendendo-se atingir os seguintes objectivos⁶⁴:

- mobilidade de estudantes e pessoal docente;
- empregabilidade dos diplomados;
- maior competitividade dentro do Espaço Europeu e face aos restantes blocos mundiais.

Para atingir estes objectivos têm de ser dados um conjunto de passos, como sejam o da:

- legibilidade e comparabilidade (mas não necessariamente uniformização) dos graus académicos;

⁶² C.f. Anexo E – Texto da Declaração de Bolonha.

⁶³ Áustria, Bélgica (comunidade flamenga e francófona), Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido.

⁶⁴ C.f. Anexo F – Análise da Declaração de Bolonha.



- criação de um sistema compatível de créditos baseados no ECTS – para possibilitar a transferência de estudantes entre instituições –, e no Suplemento de Diploma;
- garantia de qualidade dos cursos e dos sistemas de ensino, através da cooperação num processo de avaliação.

Isto obriga a uma profunda reflexão e debate⁶⁵, tendo em vista determinar qual o caminho evolutivo que se irá seguir, podendo-se identificar alguns. Assim, e a nível nacional, tal implica uma revisão dos quatro graus académicos actualmente existentes - bacharel, licenciado, mestre e doutor -, e a adopção de um sistema baseado em dois ciclos:

- um primeiro ciclo, com duração não superior a quatro anos, relevante para o mercado de trabalho, constituído pelo grau de licenciado, com formação de banda larga;
- um segundo ciclo, após a conclusão do primeiro, para obtenção do grau de mestre e/ou grau de doutor (com uma formação de entre três e quatro anos).

V.3. Legislação Nacional

V.3.1. ECDU (Lei n.º 19/80, de 16 de Julho)

Este Estatuto estabelece, entre outras, as categorias, funções e provimento do pessoal docente universitário, destacando-se o seguinte princípio:

- Doutor
Pode ser Professor Catedrático, Professor Associado ou Professor Auxiliar (ver Anexo A-8);
- Mestre
Pode ser Assistente (ver Anexo A-1);
- Licenciado
Pode ser Assistente Estagiário (ver Anexo A-2).

Estabelece ainda, no seu art.º 15º, que o número máximo de professores catedráticos e de professores associados convidados não pode, em cada escola universitária, exceder um terço, respectivamente, do número de lugares de professor catedrático e de professor associado existentes no respectivo quadro.⁶⁶

⁶⁵ C.f. Anexo G – Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha.

⁶⁶ A não ser que haja despacho ministerial nesse sentido, conforme prevê o n.º 4 do mesmo art.º.



V.3.2. Diploma que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário (DL n.º 48/86, de 13 de Março)

Este diploma determina, no n.º 1 e 3 do art.º 2, que os EMES conferem o grau de licenciado em Ciências Militares, definindo ainda que esse grau é de nível equivalente ao grau de licenciado conferido pelas universidades.

No art.º 6º impõe ao pessoal docente civil das disciplinas de índole estritamente académica ou técnica-científica a aplicação do ECDU, impondo-lhes a realização de provas nas universidades portuguesas para a obtenção dos graus académicos ali previstos.

V.3.3. Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro)

Encontra-se aqui definido que o ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico (n.º 1, art.º 11º), assim como os graus conferidos pelo ensino universitário: licenciado, mestre, doutor, podendo ser atribuídos outros certificados (n.º 3, art.º 13º).

A Lei de Bases do Sistema Educativo identifica ainda as qualificações para o exercício da docência no ensino superior. Assim, o seu Art.º 32º esclarece que adquirem tal qualificação *"os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas"*; podem *"coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente"*;

V.3.4. Estatuto da AM (DL n.º 302/88, de 02 de Setembro)

O estatuto da AM prevê, no seu art.º 8º, que a AM confira o grau de licenciatura.

Nos art.º 15º e 16º, exige aos docentes militares que sejam *"possuidores de habilitações com grau de licenciatura"*, impondo aos docentes civis que realizem *"provas nas universidades portuguesas para a obtenção dos graus académicos previstos no ECDU"*.

V.3.5. Regulamento da AM (Portaria n.º 425/91, de 24 de Maio)

O art.º 57º, restringe a AM à concessão do grau de licenciado, enquanto nos art.º 74º e 75º mantém igualmente a discriminação, já referida, entre as habilitações académicas impostas ao pessoal docente militar e aos professores universitários civis;



No art.º 94º estabelece que aos docentes civis é aplicado “*o regime remuneratório da carreira docente universitária*”, enquanto aos professores militares “*é aplicado o regime remuneratório fixado para a carreira de oficial do Exército ou do ramo a que pertençam.*”

V.3.6. Quadro jurídico de atribuição dos graus académicos de mestre e de doutor pelas instituições de ensino universitário (DL n.º 216/92, de 13 de Outubro)

Os graus de mestre e de doutor são conferidos pelas universidades, podendo o de mestre ser atribuído pelas universidades em associação com os institutos superiores politécnicos, ou pelos estabelecimentos de ensino superior universitário não integrados em universidades.

Está prevista a isenção do pagamento de propinas aos docentes do ensino superior que, nos termos do respectivo estatuto, estejam obrigados à obtenção dos graus de mestre e doutor.

V.3.7. Lei de Bases da Avaliação do Ensino Superior (Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro)

No art.º 3º determina que o sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior incide sobre a preparação académica do corpo docente, devendo tomar especialmente em consideração a qualificação dos agentes de ensino.

V.3.8. EMFAR (DL n.º 236/99, de 25 de Junho)

O ensino ministrado em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo, integra-se nos sistemas educativo e formativo nacionais (n.º 2, art.º 71), de que se destaca a Lei de Bases do Sistema Educativo e a organização e ordenamento do ensino superior e tem por finalidades habilitar o ingresso na categoria de oficiais dos quadros permanentes, para o que é exigida a licenciatura em ciências militares, ou o curso de oficiais com o nível de bacharelato ou equivalente. Para os militares admitidos por concurso é exigida a licenciatura ou equivalente complementado por curso ou tirocínio (ver Anexo A-10), ou o bacharelato ou equivalente complementado por curso, tirocínio ou estágio (art.º 130).

A função docente não é considerada (art.º 34º), encontrando-se as actividades de docência integradas na função execução (n.º 3, art.º 38º).

Os cursos que habilitam ao ingresso nas categorias do QP são considerados de formação inicial (alínea a), art.º 74º), estando prevista a frequência de cursos de especialização ou



qualificação, destinados a “*ampliar ou melhorar os conhecimentos técnicos do militar, por forma a habilitá-lo ao exercício de funções específicas para as quais são requeridos conhecimentos suplementares ou aptidões próprias*” (alínea c), art.º 74º) e a “*reciclar os conhecimentos do militar, visando a sua adaptação à evolução técnico-militar*” (alínea d), art.º 74º), respectivamente, assim como estão estabelecidos os critérios de nomeação (art.º 78º).

V.3.9. Lei da Organização e Ordenamento do Ensino Superior (Lei 26/2000, de 23 de Agosto)

Estabelece alterações na organização e ordenamento do ensino superior, designadamente quanto às características dos respectivos estabelecimentos e à natureza da formação ministrada, que se indicam:

Ensino Superior Universitário

- É ministrado em universidades e, em casos justificados, em escolas universitárias não integradas, que podem adoptar a designação de institutos universitários;
- As universidades organizam-se em unidades orgânicas, designadas faculdades, institutos, escolas, departamentos, ou outra denominação apropriada, nos termos dos respectivos estatutos;
- O ensino universitário, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

Ensino Superior Politécnico

- É ministrado em institutos politécnicos e, nas áreas definidas por lei, em escolas politécnicas não integradas, de natureza especializada;
- Os institutos politécnicos organizam-se em unidades orgânicas designadas escolas politécnicas, ou outra designação apropriada nos termos dos respectivos estatutos, definindo um perfil de formação próprio e os conteúdos e metodologia de ensino adequados à sua estratégia de desenvolvimento institucional;
- O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício das suas actividades profissionais.



- Os estabelecimentos de ensino politécnico são caracterizados na sua organização institucional pelos princípios da sua inserção na comunidade territorial e da ligação às actividades profissionais correspondentes à sua vocação específica ou a determinadas áreas de especialização, com o objectivo de proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior.

V.3.10. Aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior (DL n.º 88/2001, de 23 de Maio)

Este DL reconhece a AM e a ESPE como estabelecimentos militares de ensino superior, sendo que a AM se inscreve no ensino universitário e a ESPE no ensino politécnico.

V.4. Programa do XIV Governo Constitucional

Este programa⁶⁷ preconiza as seguintes medidas de acção governativa:

“Revisão da LDNFA, na perspectiva da redefinição da estrutura cimeira das FA e sua adequação às novas condições do empenho de forças em termos conjuntos e combinados, com garantia da autonomia de cada um dos ramos, ...”;

“A política de racionalização de meios será prosseguida em função das necessidades apuradas à luz das missões e de uma visão conjunta do dispositivo e do sistema de forças revisto, ...”;

“ Reorientação da política de ensino militar, promovendo-se a reestruturação das suas instâncias organizativas e a modernização dos seus conteúdos, tendo em vista proporcionar um ensino e uma formação actualizada, assente nos meios de equipamentos modernos e no uso conjunto e combinado de forças dos vários ramos.”

⁶⁷ Capítulo V – A qualidade da democracia, g) A defesa como elemento estruturante da identidade nacional e da afirmação de Portugal no Mundo, pp. 173-174.



CAPÍTULO VI – O FUTURO DOS EMES

VI.1. Generalidades

São actualmente ministrados no nosso sistema de ensino superior 1793 cursos, dos quais 1015 no sistema público (universidades e politécnicos públicos) e 778 no ensino privado e cooperativo (universitário e politécnico). O subsistema universitário público é responsável por cinquenta e nove por cento dos cursos ministrados pelas instituições de ensino superior público.

Existem, ainda, no ensino superior público quinze universidades, quinze institutos politécnicos, vinte e oito escolas na área da saúde, duas outras escolas não integradas (Escola Náutica e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril) e oito estabelecimentos de ensino militar e policial. No ensino superior privado existem dez universidades e 103 estabelecimentos não universitários⁶⁸.

Foi perante este quadro de cursos e estabelecimentos que o Governo sentiu a necessidade de pôr ordem no sistema, tendo proposto e feito aprovar a Lei da Organização e Ordenamento do Ensino Superior.

Por outro lado, o DL 88/2001, tendo em vista a “... *integração dos estabelecimentos militares de ensino superior no sistema de avaliação dos estabelecimentos de ensino superior*”⁶⁹, instituída pela Lei de Bases da Avaliação do Ensino Superior, identifica os EMES Universitários (EN, AM e AFA) e os EMES Politécnicos (ESTN, ESSM, IMPE/SES, ESPE e ESTMA).

Estes desenvolvimentos obrigam a uma reflexão sobre a organização e ordenamento do ensino superior militar, a qual deve ser conjugada com os desenvolvimentos resultantes da Declaração de Bolonha, da qual resultará o ensino superior do futuro.

⁶⁸ www.desup.min-edu.pt/escolas.htm, em 01Dec01.

⁶⁹ Artigo 1º.



VI.2. Ensino Universitário

Sendo a AM reconhecida como um estabelecimento militar de ensino universitário, torna-se necessário que esta, para além das licenciaturas, se encontre igualmente vocacionada para o ensino da pós-graduação, para a investigação e produção de conhecimento em áreas científicas com interesse para o Exército.

Para isso, necessita de ter um Corpo Docente em quantidade e qualidade, conforme preconiza o Diploma que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário e a Lei de Bases da Avaliação do Ensino Superior.

Embora não existam normativos legais que estabeleçam, com rigor, os requisitos a que deve obedecer a constituição do Corpo Docente próprio de um Estabelecimento de Ensino Superior, as orientações preconizadas no ECDU⁷⁰ não se verificam na AM porquanto, em vez da relação de um professor convidado⁷¹ (ver Anexo A-9) por três professores do quadro, a AM apresenta⁷² uma relação próxima do um para um (sessenta e cinco professores convénio/contrato para cinquenta e cinco professores do quadro).

Estudos efectuados pela AM, considerando a situação correspondente ao ano lectivo de 2000/2001, e no caso extremo do corpo docente ser exclusivamente composto por professores a tempo integral, não se recorrendo a convénios/contratos, concluíram que a AM necessitava de mais cinquenta e oito docentes.

Neste estudo, tendo por base o anteprojecto de DL sobre a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos superiores conclui-se que, pelos critérios estabelecidos, a AM necessitava de quinze doutores, cerca do dobro daqueles que actualmente fazem parte do Corpo Docente – nove (oito civis e um militar)⁷³.

Para além das carências neste domínio, existe um desequilíbrio na distribuição departamental dos docentes do QPCE.

⁷⁰ Estas orientações só se prendem com a relação entre professores, não considerando a relação professor/aluno. Nesta relação, a AM apresenta uma situação muito favorável face às suas congéneres civis.

⁷¹ Por convénio ou contrato.

⁷² Em Julho 2001.

⁷³ Em Julho de 2001. Com a saída do militar no final do ano lectivo em curso, o Corpo Docente será reduzido a oito doutores.



Face á impossibilidade de alargamento do QPCE⁷⁴, por razões financeiras, a AM decidiu avançar com o “Projecto da Docência Militar” por o considerar necessário à sobrevivência da AM como Estabelecimento de Ensino Superior Universitário, tendo obtido despacho favorável por parte do General CEME⁷⁵, em 29 de Setembro do corrente ano.

O objectivo último é reunir os requisitos legais do Corpo Docente para ministrar licenciaturas, pois assim mais facilmente se reúnem as condições para ministrar as pós-graduações.

Para isso torna-se necessário identificar, de uma forma clara, qual o âmbito das “Ciências Militares”, para as tornar *“um ramo do conhecimento científico autónomo, com um objecto e metodologias de análise próprias, e não ser um mero aglomerado de áreas do conhecimento científico já existentes”*⁷⁶, sobre o qual se irá realizar a investigação científica (ver Anexo A-6) e, consequentemente, ministrar pós-graduações em “Ciências Militares”.

Este trabalho encontra-se parcialmente feito⁷⁷, sendo que, quando estabelecido com rigor, levará a que seja dedicado um esforço preferencial no que ao Corpo Docente diz respeito, o qual deverá ser constituído, essencialmente, por militares, com elevado grau de exigência quanto às suas habilitações académicas e, em termos quantitativos, deverá estar acima dos mínimos previstos para mestres e doutores.

Enquanto não se conseguirem estes dois desideratos, corre-se o *“risco de ver o curriculum da licenciatura em Ciências Militares criticada por falta de coerência científica”*⁷⁸, sendo impossível avançar para as pós-graduações.

A organização e ordenamento do ensino superior poderá retomar a ideia de uma UFA, acompanhada, em paralelo, de uma ideia nova de criação de um Instituto Politécnico das FA, o que vem reforçar a importância do Corpo Docente militar, pois o ramo que estiver melhor apetrechado, maior protagonismo pode obter.

⁷⁴ Fixado pela Portaria n.º 419/91, de 21 de Maio: vinte e cinco lugares na carreira docente universitária destinados às categorias de professor catedrático, professor associado, professor auxiliar ou assistente. Não se encontram totalmente preenchidas, por razões de ordem financeira.

⁷⁵ C.f. Anexo H - Despacho do General CEME sobre “A AM e o exercício da docência universitária por militares”.

⁷⁶ Carlos Branco (Tenente Coronel), op. cit. (18), pg. 7.

⁷⁷ C.f. Anexo I - Cadeiras essencialmente militares e Anexo J - Cadeiras com afinidade militar.

⁷⁸ Carlos Branco (Tenente Coronel), op. cit. (18), pg. 7.



VI.3. Ensino Politécnico

A ESPE iniciou a sua actividade académica no ano lectivo de 1996/1997⁷⁹ após o Despacho n.º 99/95, de 02 de Maio do General CEME ter estabelecido, genericamente, a forma de ingresso dos sargentos do QP nos Quadros Técnicos do Exército, como oficiais. No primeiro ano de funcionamento foram abertos dois dos oito CTM previstos: Secretariado e Gestão (vinte e três alunos do Exército e dois da GNR) e Direcção Musical (dois alunos)⁸⁰. No ano lectivo 1997/98 foram admitidos alunos aos CTM de Secretariado e Gestão (seis alunos, dos quais três da GNR), Transportes (seis alunos), Exploração das Transmissões (três alunos), Manutenção das Transmissões (dois alunos) e Manutenção de Material (quatro alunos). Para além destes cursos e para perfazer os oito inicialmente previstos, faltava dar início aos CTM de Cartografia e Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica. Relativamente ao primeiro este nunca foi aberto, por se “entender não haver carência de oficiais deste quadro técnico”, tendo o segundo sido aberto no ano lectivo 1998/99, terceiro ano de funcionamento da Escola, sendo admitidos quatro alunos.

Os cursos têm a duração de três anos, repartindo-se as disciplinas a ministrar por cadeiras anuais e semestrais. A excepção é o CTM de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica, o qual por corresponder a bacharelato⁸¹, se entendeu que um ano de frequência na ESPE complementaria aquela formação nas vertentes administrativa e de gestão, comportamental, preparação física e militar⁸². Com excepção do CTM de Direcção Musical e de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica, todos os restantes cursos, durante o 2º semestre do 3º ano frequentam um Tirocínio⁸³.

O CTM de Secretariado e Gestão, Transportes, Direcção Musical e de EDT são ministrados na ESPE. Com excepção das disciplinas de Inglês e de Educação Física, as cadeiras que

⁷⁹ Em 02 de Setembro, sendo presidente da Comissão Instaladora da ESPE o Brigadeiro Samuel Matias do Amaral.

⁸⁰ Este previsto este curso abrir duas vagas de dois em dois anos (anos pares).

⁸¹ Ao curso de Enfermagem, que actualmente é uma licenciatura, ainda não era conferido este grau, havendo contudo candidatos/alunos que eram possuidores de CESE.

⁸² Durante a frequência deste ano, estes alunos frequentavam as aulas com os restantes alunos do 1º ano, com excepção da cadeira de Matemática, período em que frequentavam aulas relacionadas com Direito, juntamente com os alunos do 2º ano.

⁸³ Os alunos do 1º curso frequentaram o Tirocínio em unidades da BMI, pelo facto de, sendo vinte e três, o BA não ter capacidade de o ministrar. A partir do 2º curso, os Tirocínios passaram a decorrer no BA (CTM de Secretariado e Gestão), EPST (CTM de Transportes), EMEL (CTM de Manutenção das Transmissões), EPSM (CTM de Manutenção Material) e EPT (CTM de Exploração das Transmissões).



completam o 1º ano do CTM Exploração das Transmissões e o 1º e 2º ano do CTM Manutenção das Transmissões e Manutenção de Material, são ministradas no IMPE/SES, de acordo com o protocolo de cooperação estabelecido entre esta instituição e a ESPE.

Em 1997, e tendo por base a Directiva n.º 178/CEME/97, iniciaram-se estudos para a integração⁸⁴ da ESPE na AM, tendo em vista racionalizar e economizar meios. Tal já se verificava e verifica na Força Aérea:

- em que a AFA e a ESTMA⁸⁵ funcionam conjuntamente, possuindo, como órgãos comuns das suas estruturas orgânicas o Comando, Corpo de Alunos, Conselho de Disciplina Escolar e Grupo de Apoio (equivalente à DSG/AM) e como órgãos distintos de cada um dos estabelecimentos os órgãos de conselho (conselho científico e conselho pedagógico) e Direcção de Ensino;

bem como na Marinha:

- em que a EN e a ESTNA⁸⁶ funcionam conjuntamente, possuindo, como órgãos comuns das suas estruturas orgânicas o Comando, Corpo de Alunos, Serviços e órgãos de apoio (equivalente à DSG/AM) e como órgãos distintos os órgãos de conselho (conselho científico-pedagógico e conselho de disciplina) e Direcção de Ensino (apoiada nos órgãos congéneres da EN).

A conclusão dos estudos apontaram para a possibilidade de funcionamento da ESPE junto da AM, pois que era possível satisfazer a integração da estrutura orgânica da ESPE na estrutura da AM, salvaguardando a publicação e/ou actualização de diplomas legais⁸⁷ que contemplassem a nova situação. Tal estava previsto pela Lei de Bases do Sistema Educativo, a qual no seu artigo 14º, possibilitava a integração de escolas superiores de ensino politécnico, caso da ESPE, em escolas universitárias não integradas, caso da AM. Decidiu-se assim que, a partir do ano lectivo 2002/2003 a ESPE se integraria na AM, abandonando as instalações na Amadora.

Com a publicação, no ano transacto, da Lei que aprova a organização e ordenamento do ensino superior e face à necessidade de os EMES terem de respeitar o edifício legislativo aplicável às escolas civis de natureza idêntica, concluiu-se pela impossibilidade de aplicar a

⁸⁴ Integração entendida como funcionamento da ESPE junto da AM, para efeitos de gestão comum.

⁸⁵ Criada pelo DL n.º 300/94, de 16 de Dezembro.

⁸⁶ Criada pelo DL n.º 255/96, de 27 de Dezembro.

⁸⁷ Os ante-projectos de Estatuto e Regulamento da ESPE ainda aguardam aprovação e publicação.



decisão já tomada, procurando-se desde logo outros caminhos, tendo em vista uma vez mais racionalizar e economizar meios.

Já no corrente ano o General CEME transmitiu novas orientações, que se transcrevem:

- “1. Transformar os actuais cursos de bacharelato do Instituto Militar dos Pupilos do Exército e da ESPE em licenciaturas, no âmbito do Ensino Superior Politécnico*
- 2. Os cursos que actualmente são ministrados no IMPE⁸⁸, são a base e constituem a referência dos futuros cursos da ESPE.*
- 3. A ESPE extingue-se e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército transforma-se numa Escola de Formação de Oficiais dos Quadros Técnicos, que passará a designar-se, por Instituto Militar Politécnico do Exército (IMPE).*
- 4. No IMPE serão ministrados 5 cursos, designadamente:*
 - a. Curso de Contabilidade e Administração – curso base de formação de oficiais para o quadro técnico de pessoal e secretariado;*
 - b. Curso de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações – curso base de formação de oficiais para o quadro de técnico de exploração de transmissões e de manutenção de transmissões;*
 - c. Curso de Engenharia Mecânica – curso base de formação de oficiais para o quadro técnico de manutenção de material;*
 - d. Os cursos técnicos de transportes e chefes de banda de música, serão ministrados em estabelecimentos de ensino superior civis.*
- 5. Possibilitar a frequência dos cursos do IMPE, por alunos civis com origem nos Estabelecimentos Militares de Ensino e no exterior, permitindo a sua rentabilização podendo desta forma, prestar um serviço público com prestígio para as Forças Armadas e não acarretar despesas suplementares, constituindo um estímulo à permanente actualização e qualidade crescente.*
- 6. Que, até final do ano lectivo 2001/2002, seja reformulado o Ensino Superior Politécnico e publicados os diplomas legais adequados e necessários para transformar os bacharelatos em licenciaturas, bem como reformular os currículos dos actuais cursos do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.”⁸⁹*

⁸⁸ Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

⁸⁹ Linhas orientadoras estabelecidas pelo General CEME, em reunião na DO/EME, em 26Jul01.



VI.4. Modalidades

Para além da modalidade resultante da orientação expressa pelo General CEME, vamos proceder á análise de todas as outras possibilidades, retirando daí as ilações consequentes.

Modalidade A – Não integração dos EMES

Implica manter a situação actual, o que contraria as orientações do General CEME no que se refere ao Ensino Politécnico. Daqui não resultam quaisquer vantagens, identificando-se os seguintes inconvenientes:

- maior dificuldade na reunião de condições para que os EMES Universitário possam atribuir o grau de doutor;
- não permite aos EMES Politécnico conferir o grau de mestre;
- maior dificuldade em constituir um Corpo Docente, em quantidade e qualidade, pelo facto do peso institucional ser diminuto, não se tornando atractivo para os professores catedráticos.

Em nada contribui para o prestígio dos EMES.

Modalidade B – Não integração dos EMES Universitário – Integração dos EMES Politécnico do Exército

Da adopção desta modalidade identificam-se as seguintes vantagens:

- a AM pode atribuir o grau de Mestre em associação com o IMPE;
- valorização do Corpo Docente do Politécnico, em resultado da “junção” dos recursos humanos existentes na ESPE e no IMPE/SES;
- o IMPE, pelo número de escolas que representa, ganha peso institucional no CCISP.

Mantém-se, relativamente á modalidade anterior, a dificuldade dos EMES Universitário conferirem o grau de doutor e a constituição de um Corpo Docente próprio.

Modalidade C – Integração dos EMES Universitário – Integração dos EMES Politécnico do Exército

Esta modalidade apresenta a vantagem dos EMES ganharem peso institucional no CRUP e no CCISP, uma maior facilidade em constituir um Corpo Docente qualificado, bem como a possibilidade de atribuir os graus académicos de mestre e doutor. As desvantagens resultarão da forma como esta integração for feita e da menor autonomia dos ramos para poderem influenciar o ensino.



Modalidade D – Integração dos EMES Universitário – Integração dos EMES Politécnico

A modalidade D apresenta todas as vantagens, potenciadas no Politécnico, e desvantagens da modalidade anterior.

Modalidade E – Não integração dos EMES Universitário – Extinção dos EMES Politécnico do Exército

O IMPE/SES está vocacionado para a formação dos alunos oriundos da família militar tendo, desde o ano lectivo de 1997/98, um convénio com a ESPE. A manutenção do ensino superior politécnico no IMPE não é obrigatória se apenas considerarmos os alunos civis, ainda que oriundos da família militar. O convénio com a ESPE, no presente ano lectivo, compreende nove alunos, nunca se tendo ultrapassado a fasquia dos dezasseis, no ano lectivo 1999/2000⁹⁰.

Tem-se verificado haver uma quebra acentuada no número de candidatos á ESPE⁹¹, ficando-se no presente ano lectivo pelo preenchimento de 62% das vagas previstas⁹².

Considerando a ESPE já a funcionar nos moldes expressos na orientação do General CEME, verificasse que a alimentação dos QE do Exército seria a seguinte:

- *ano lectivo 2001/02*: seis oficiais TPESSECR, quatro TEXPTM, dois TMANTM e cinco TMANMAT, num total de dezassete, no IMPE, e cinco TTRANS, num estabelecimento de ensino superior civil;
- *ano lectivo 2002/03*: cinco oficiais TPESSECR, quatro TEXPTM, e dois TMANMAT, num total de onze, no IMPE, e dois TTRANS, num estabelecimento de ensino superior civil;
- *ano lectivo 2003/04*: sete oficiais TPESSECR, dois TEXPTM, um TMANTM e quatro TMANMAT, num total de catorze, no IMPE.

Face a este cenário e tendo presente que:

- na sequência da Declaração de Bolonha, da qual somos signatários, se irá verificar uma redução das licenciaturas de cinco para quatro, ou mesmo três anos, até 2010, e a extinção do grau de bacharel;

⁹⁰ Em 1997/98: nove alunos; 1998/99: quinze alunos; 2000/01: treze alunos.

⁹¹ 1996/97: 144; 1997/98: 87; 1998/99: 96; 1999/00: 112; 2000/01: 41; 2001/2002: 45.

⁹² Foram admitidos vinte e quatro alunos (seis da GNR), para as trinta e nove vagas abertas. Em 1996/97 foram admitidos vinte e nove (dois da GNR) 1997/98: vinte e um (três da GNR); 1998/99: vinte e nove (cinco da GNR); 1999/00: trinta e cinco (quatro da GNR); 2000/2001: dezanove (quatro da GNR)



- o custo por aluno/ano, em média, ascende a 4.782.700\$00⁹³, sem incluir encargos resultantes da utilização dos professores militares⁹⁴, colocados em U/E/O do GML e em acumulação de funções na ESPE;
- ao reduzido número de alunos e face à quebra de candidatos que se tem verificado⁹⁵;
- todos os alunos são possuidores do 12º ano de escolaridade, condição comum a todos os sargentos do QP após a frequência do CFS na ESE, e têm de realizar as provas de acesso ao ensino superior para poderem ser admitidos na ESPE;
- recursos humanos empenhados no funcionamento da Escola⁹⁶,

é de ponderar a extinção da ESPE e do IMPE/SES. Os sargentos que pretenderem ascender à categoria de oficial poderão fazê-lo através da AM.

⁹³ Valor calculado pela SAPC/ESPE, para efeitos de inclusão no Plano de Ensino 2002.

⁹⁴ Vinte e quatro oficiais: quatro do CPAE, três do EME, um da DSM, três do CI, um do BISM, dois da EP/GNR, um do DGMT, um da AM, um do AHM, um da DST, um da DAMP, um da CST, um do IMPE, dois da DSE e um das OGME. Destes, dois são Coronéis, dois Tenentes-coronéis, três Majores, doze Capitães, três Tenentes e dois Alferes.

⁹⁵ Número de candidatos ao Concurso de Admissão de 1996/97: 144; 1997/98: 87; 1998/99: 96; 1999/00: 112; 2000/01: 41; 2001/02: 45.

⁹⁶ Existências referidas a 30Nov01: dez oficiais, seis sargentos, oito praças e sete civis. O QO – 5.8.705, comporta catorze oficiais, seis sargentos, oito praças e vinte e oito civis. O comando da Escola é de Major-general.



CONCLUSÕES

Em resultado de tudo quanto ficou expresso, podemos retirar as seguintes conclusões:

- foi das Escolas militares que saíram os primeiros engenheiros com uma preparação nacional de base científica. Esta preparação foi, mais tarde, alargada a todas as armas, conferindo ao ensino militar uma matriz de nível superior, que se mantém até aos nossos dias;
- com a profissionalização do Corpo de Oficiais, em meados do séc. XIX, é adoptado o modelo institucional, actualmente com características “mistas”, que se reflecte no facto dos cursos militares de ensino superior, nas armas combatentes⁹⁷ e nos quadros técnicos, não conferirem equivalência civil;
- os cursos foram objecto de várias reformas, geralmente motivadas pelos avanços científicos e tecnológicos, mas também pela sua longa duração e razões económicas;
- o termo “Ciências Militares” já é empregue desde 1897, carecendo, ainda hoje, de uma definição clara, a qual é necessária para que se possa produzir investigação na área em causa, bem como para evitar que a actual licenciatura em Ciências Militares seja “acusada” de falta de coerência científica;
- o acesso dos sargentos à categoria de oficial reporta-se ao primeiro quartel do séc. XX, frequentando a mesma Escola, por haver vantagens numa origem comum;
- há muito que é sentida a necessidade de se criar um estabelecimento de ensino inter-ramos, para formação inicial dos futuros oficiais;
- é vontade do Exército que as escolas de formação inicial de oficiais sejam de nível superior e concedam graus académicos, à semelhança de outros países europeus e EUA. Esta decisão é de inspiração institucional, com tendência para ocupacional. A sua aplicação tem de obedecer ao actual quadro legislativo e preparar-se para corresponder aos desenvolvimentos resultantes da Declaração de Bolonha;

⁹⁷ Exceptuam-se as armas de Engenharia e Transmissões.



- face á profissionalização dos Exércitos, aumenta a tendência para o modelo ocupacional, tornando-se necessário prever “ferramentas” para as saídas laterais;
- a partir dos anos 70, há a preocupação de querer dotar os oficiais de “ferramentas” que lhes permitam uma saída lateral, pelo que se entende que as cadeiras de “cariz não militar” devem ter uma equivalência civil;
- no Exército, a questão do Ensino Superior Politécnico resulta de um normativo Estatutário, que se apoia na Lei de Bases do Sistema Educativo e não de um levantamento/estudo de funções;
- tendo por base os objectivos gerais de competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior e a mobilidade e empregabilidade no espaço europeu, a Declaração de Bolonha defende a necessidade de adoptar um sistema de graus comparável e baseado essencialmente em dois ciclos de pré e pós-graduado;
- a actividade docente deverá ser levada a cabo por indivíduos com habilitação própria e experiência comprovada, para credibilizar o ensino e criar condições para ministrar pós-graduações;
- a racionalização do ensino militar, prevista no Programa do Governo, permite pensar que tal passa por uma instituição tipo UFA, com a integração de recursos e redução de custos. O Ramo que estiver melhor apetrechado a nível do Corpo Docente, a que corresponderá maior prestígio, assumirá um papel de maior protagonismo;
- para ir de encontro aos principais objectivos da Declaração de Bolonha é “inevitável” a extinção dos bacharelatos e a sua integração num único grau académico, acabando com o actual sistema binário vigente no nosso ensino superior;
- em consonância com o previsto na Declaração de Bolonha, sendo defendido pelas universidades públicas, o ensino superior deverá ficar separado em dois ciclos, o primeiro dos quais correspondendo ao grau de licenciatura e com um mínimo de três anos, quatro de acordo com a proposta dos reitores. O segundo ciclo será de pós-graduação, em mestrado ou doutoramento (anexo A-2);
- os EMES têm de reger-se por padrões de qualidade, pelo que a sua integração no sistema nacional de avaliação é necessário para reforçar a coesão e credibilidade dos estabelecimentos, podendo contribuir para processos de integração posteriores como o IAEM;



- a manutenção, ou redução, do ODN, com grande parte dele destinado a despesas com pessoal, deixa pouca margem para as despesas de funcionamento, pelo que o Exército não pode manter estabelecimentos, com reduzido n.º de alunos, que obrigam a um empenhamento excessivo do pessoal nas tarefas administrativas e de docência, sem que tal esteja fundamentado na absoluta necessidade dos conhecimentos daí resultantes.



PROPOSTA

Em respeito pelo actual quadro normativo e enquanto não forem tomadas as decisões políticas, em resultado da Declaração de Bolonha, que conduzam á alteração da actual Lei de Bases do Sistema Educativo, e a adopção de um estabelecimento de Ensino Superior Militar comum, devem-se:

- manter os cursos com a duração actual e iniciar estudos que permitam autonomizar, depois, um primeiro ciclo de formação graduada. Tal deverá ter em linha de conta as indicações fornecidas pelas Ordens que acreditam os cursos da AM, bem como da CNAVES;
- que se defina o que se entende por “Ciências Militares”, área sobre a qual deve incidir o esforço de investigação, e o “caminho” para a PGM e PGD. No primeiro caso, a especialização deverá ter uma duração de um a dois anos e, no caso do doutoramento, a sua conclusão deverá apontar para um prazo de três a quatro anos;
- que se proceda á extinção da ESPE e do IMPE/SES, passando os oficiais a ser formados pela AM, independentemente da sua origem (civil, militar em RV/RC ou sargento do QP);
- que se estudem as idades limite para concurso à AM por parte dos sargentos do QP;
- que se proceda á alteração dos artigos 130º (Categoria de oficiais), 237º (Ingresso nas armas e serviços e 245º (Cursos e tirocínios) do EMFAR;
- que todas as cadeiras, de carácter não militar ou não essencialmente militar, tenham equivalências com as suas congéneres civis, para, relativamente aos alunos dos cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, possibilitar uma maior facilidade na obtenção de uma segunda licenciatura (mediante um esforço suplementar), que venha a facilitar a integração dos militares se deixarem a efectividade do serviço e, aos alunos que não obtenham aproveitamento durante a frequência na AM e sejam excluídos, possam retomar os estudos noutra estabelecimento de ensino superior.



Bibliografia

Suporte em Papel

AAVV, Ensino Superior. Balanço de uma legislatura, caminhos para o futuro. Actas da Conferência do Ensino Superior, s. l., Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1999, 217 pp.

AAVV, Orientação para a elaboração de Trabalhos Escritos, DD-00-00-01, Lisboa, IAEM, 1992, 21 pp.

AAVV, Programa do XIV Governo Constitucional, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1999, 192 pp.

AGUDA, Fernando Pereira Santos (Coronel), A formação universitária e politécnica do militar e a estrutura de carreiras de oficiais e sargentos do QP, TILD-CSCD 2000/01, IAEM, pp. 40.

ALVES, José Baptista, “A Formação Base nas Academias Militares”, in O Ensino Superior Militar e a Formação dos Oficiais, I Volume, Funchal, IDN-CESEDEN, 1992, 49 pp.

AZEVEDO, Esmeraldo de (Tenente-coronel), “A Importância das ciências humanas, na preparação dos Quadros Militares ...”, Revista Militar, n.º 6-7, Junho-Julho 1989, pp. 499-519.

BARRENTO, António Eduardo Queiroz Martins (Coronel), Reflexões sobre Temas Militares, Lisboa, IAEM, 1991, 281 pp.

BRANCO, Barreno (Major), A Formação contínua dos quadros permanentes do Exército. A pós-graduação militar, TILD-CEM 1999/01, IAEM, pp. 40.

BRANCO, Carlos (Tenente-coronel), “Repensando a Escola de Oficiais”, Artigo a publicar, 2001, 10 pp.



- BRANCO, Carlos Manuel Gervásio (Major), “A reestruturação dos cursos da Academia Militar”, Pela Lei e Pela Grei, n.º 2, Abril-Junho 2001, pp. 36-39.
- CADAVEZ, José Carlos (Coronel), A Formação (instrução) no Exército, numa Perspectiva Sistémica e Integrada, TILD-CSCD 1997/98, IAEM, 41 pp.
- CAFORIO, Giuseppe (ed.), The European Cadet: Professional Socialisation in Military Academies, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1998, 160 pp.
- CARNEIRO, António da Silva Osório Soares (Coronel), “Objectivos do Ensino Militar Superior e Funções da Academia Militar”, Nação e Defesa, n.º 2, Novembro 1976, pp. 167-183.
- CARREIRAS, Helena, Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, 252 pp.
- CARRILHO, Maria, “Principais Tendências na Sociologia Militar. Literatura e Selecção Bibliográfica”, Nação e Defesa, n.º 7, Agosto-Outubro 78, pp. 155-169.
- CARRILHO, Maria, Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX – Para uma explicação sociológica do papel dos militares, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, 532 pp.
- COSTA, António R. Bruto da et. al., “Os valores e os interesses nos candidatos à Academia Militar”, Revista de Psicologia Militar, n.º 8, 1994, pp. 93-116.
- CRUZ, Arnaldo José Ribeiro da (Coronel), O militar e a sociedade portuguesa: as exigências de carreira, a formação e o ensino militar, TILD-CSCD 1993/94, IAEM, 38 pp.
- DIAS, Narciso Mendes (Coronel), “Factores Determinantes na evolução do Ensino Militar Superior”, Nação e Defesa, n.º 2, Novembro 1976, pp. 155-164.
- FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros (Tenente-coronel), “Factores da Evolução do Ensino Militar Superior”, Nação e Defesa, n.º 2, Novembro 1976, pp. 141-152.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “A Academia Militar no Contexto da Sociedade Portuguesa Actual, Frente à Missão Nacional e à Função Social das Forças Armadas”, Nação e Defesa, n.º 2, Novembro 1976, pp. 121-137.



JANOWITZ, Morris, Military Institutions and Coercion in the Developing Nations, Chicago, The University of Chicago Press, 1977, 211 pp.

JANOWITZ, Morris, The Professional Soldier, A social and political portrait, New York, A Free Press, 1971, 468 pp.

LEITÃO, António M. Rosas (Coronel), “O Ensino Superior Militar e os seus planos de estudos”, in VIII Colóquio, «Preparação e Formação Militar em Portugal» - Actas, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, 543 pp.

MARQUES, Fernando Pereira, Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX, Lisboa, Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional, 1999, 419 pp.

MARTINS, Dorbalino dos Santos (Capitão), A Academia Militar – Cadernos de História Militar n.º 2, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1990, 129 pp.

MATEUS, Frutuoso Pires, “Desenvolvimento Cognitivo, Científico, Cultural e Ético da Personalidade”, in VIII Colóquio, «Preparação e Formação Militar em Portugal» - Actas, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, 543 pp.

MATEUS, Frutuoso Pires, “Investigação, Desenvolvimento e Cooperação. O Conhecimento – Dinâmica Cultural, Social e Económica”, Revista Militar, n.º 8-9, Agosto-Setembro 1999, pp. 1229-1246.

MATOS, Luís Salgado et al., As Forças Armadas em Tempo de Mudança – Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do séc. XXI, Lisboa, Edições Cosmos – Instituto da Defesa Nacional, 2001, 213 pp.

MÓRA, José A. Damas (Coronel), Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, Lisboa, Laboratório Militar, 2001, 73 pp.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira, “Educação Nacional e Defesa Nacional”, Nação e Defesa, n.º 78, Abril-Junho 96, pp. 135-149.

RAMALHO, Manuel Francisco Matoso (Coronel), Formação e carreira do oficial: sequência e ou entrosamento na preparação técnico-militar, técnico-científica e humanísticas, TILD-CSCD 1984/85, IAEM, 43 pp.



RIBEIRO, João Pedro R. B. O. (Major), A Qualidade na Instrução do Exército, sua Garantia e Implicações, TILD-CEM 1997/99, IAEM, 53 pp.

VIDEIRA, Carlos M. Terron Silva, “Formação Comportamental na Academia Militar”, Revista Militar, n.º 2/3, Fevereiro-Março 2000, pp. 153-165.

Legislação

DL n.º 402/73, de 11 de Agosto, “Cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores”, DG n.º 188, Série I

DL n.º 48/86, de 13 de Março, “Diploma que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário”, DR n.º 60, Série I

DL n.º 302/88, de 2 de Setembro, “Aprova o Estatuto da Academia Militar”, DR 203, Série I

DL n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, “Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas”, DR n.º 20, Série I

DL n.º 216/92, de 13 de Outubro, “Estabelece quadro jurídico de atribuição dos graus académicos de mestre e de doutor pelas instituições de ensino universitário”, DR n.º 236, Série I

DL n.º 300/94, de 16 de Dezembro, “Cria a Escola Superior de Tecnologias Aeronáuticas”, DR 289, Série I-A

DL n.º 248/96, de 24 de Dezembro, “Escola Superior Politécnica do Exército”, DR n.º 297, Série I-A

DL n.º 255/96, de 27 de Dezembro, “Cria a Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA), a funcionar junto da Escola Naval”, DR n.º 299, Série I-A

DL n.º 236/99, de 25 de Junho, “Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas”, DR n.º 146, Série I-A



DL n.º 88/2001, de 23 de Março, “Aprova as adaptações necessárias à integração do ensino superior militar no sistema nacional de avaliação e acompanhamento do ensino superior”, DR n.º 70, Série I-A

Estatuto da Escola Superior Politécnica do Exército (Projecto)

Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, “Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do Sistema Educativo”, DG n.º 173, Série I

Lei n.º 19/80, de 16 de Junho, “Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária”, DR n.º 162, Série I

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, “Lei das Bases do Sistema Educativo”, DR n.º 237, Série I

Lei 108/88, de 24 de Setembro, “Define a Autonomia das Universidades”, DR n.º 222, Série I

Lei 54/90, de 5 de Setembro, “Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos do Ensino superior Politécnico”, DR 205, Série I

Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, “Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas”, DR n.º 285, Série I

Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro, “Avaliação do Ensino Superior”, DR n.º 269/94 – Série I-A

Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro, “ Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)”, DR n.º 217, Série I-A

Lei n.º 26/2000, de 23 de Agosto, “Organização e Ordenamento do Ensino Superior”, DR n.º 194, Série I-A

Normas para o Concurso de Admissão à Escola Superior Politécnica do Exército – 2001/2002

Ordem do Exército n.º 5, de 20 de Janeiro de 1837

Ordem do Exército n.º 12, de 27 de Maio de 1911

Portaria n.º 419/91, de 21 de Maio, “Aprova o quadro de pessoal civil do Exército (QPCE)”, DR n.º 116, Série I-B

Portaria n.º 425/91, de 24 de Maio, “Regulamento da Academia Militar”, DR 119, Série I-B



3ª Parte do Regulamento Geral da Instrução do Exército (2º draft/22-11-99)

Sites da Internet

http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treatis_pt.pdf, 10Nov01

www.barril.dapp.min-edu.pt/terminol/default.html, 13Set01

www.Cnaes.pt/DOCS/Diversos/acreditacao.pdf, 22Nov01

www.Cnaes.pt/DOCS/Diversos/progressodaavaliacao.pdf, 22Nov01

www.Cnaes.pt/DOCS/Diversos/proposta104viii.pdf, 22Nov01

www.Cnaes.pt/DOCS/Diversos/Recomend_CE/Recomendação%2098_561_CE.pdf, 22Nov01

www.dapp.min-edu.pt/geral/sist_educat.html, 13Set01

www.desup.min-edu.pt/escolas.htm, 01Dec01

www.educare.pt, 03Nov01

www.esse.ipvic.pt/politicaedu/decl-de-bolonha.htm, 13Out01

www.utl.pt/Orgoverno/decbolonha.htm, 13Out01



Anexos



Anexo A – Terminologia da Educação

1. Acesso ao Ensino Superior

Processo, mecanismos e condições conducentes ao ingresso no ensino superior. Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência e os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.

2. Agregação

Processo de obtenção do título de agregado, obrigatório para os docentes do ensino superior universitário que desejem concorrer à categoria de professor catedrático. Inclui provas de discussão do currículo científico, um relatório sobre a área científica de ensino e a apresentação de uma lição de síntese.

3. Assistente

Categoria das carreiras docentes universitária e politécnica. São atribuições do assistente a leccionação de aulas práticas ou teórico-práticas e a prestação de serviço em trabalhos de laboratório ou de campo, em disciplinas dos cursos de licenciatura ou de pós-graduação, sob a direcção dos respectivos professores. Na carreira docente universitária, é recrutado de entre os assistentes estagiários com, pelo menos, dois anos de exercício ou de entre outras individualidades possuindo o grau de mestrado ou aprovação em provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Na carreira docente politécnica, o recrutamento é feito por concurso documental, a que têm acesso indivíduos com o grau de licenciado e currículo relevante.

4. Assistente Convidado

Categoria da carreira docente universitária. Individualidade nacional ou estrangeira de reconhecida competência científica, pedagógica ou profissional, cuja colaboração se revista de interesse e necessidade para a instituição de ensino universitário para a qual é contratada. Tem competência idêntica à dos assistentes. É recrutado de entre licenciados ou diplomados com curso superior equivalente que contem, pelo menos, quatro anos de actividade científica



ou profissional em sector adequado ao da área da disciplina ou grupo de disciplinas para que são propostos.

5. Assistente Estagiário

Categoria da carreira docente universitária. Docente ao qual são cometidas funções de leccionação de aulas práticas ou teórico-práticas e a prestação de serviço em trabalhos de laboratório ou de campo em disciplinas dos cursos de licenciatura. É recrutado através de concurso documental a que são admitidos indivíduos com o grau de licenciado, com a informação final mínima de Bom.

6. Avaliação

Julgamento e interpretação que se dá da qualidade ou do valor de objecto estudado, numa perspectiva operacional de tomada de decisão.

Julgamento qualitativo ou quantitativo sobre o valor de uma pessoa, de um objecto, de um processo, de uma situação ou de uma organização, comparando as características observáveis às normas estabelecidas a partir de critérios explícitos, tendo como objectivo fornecer dados úteis à tomada de decisão na prossecução de um fim ou de um objectivo.

7. Bacharel

Título académico conferido ao indivíduo detentor do grau de bacharel. Este título permite o ingresso na vida activa ou o prosseguimento de estudos conducentes à obtenção de uma licenciatura.

8. Bacharelato

Grau académico conferido por uma instituição de ensino superior após conclusão com aproveitamento de um curso de três anos, comprovando uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais.

9. Carta Doutoral

Diploma conferido pelas instituições de ensino universitário após a preparação e defesa de uma tese de doutoramento, comprovando a realização de uma investigação inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico. O trabalho de investigação é individual e escolhido pelo candidato, e supervisionado e orientado por um professor ou



investigador doutorado. A duração da preparação desta investigação varia de três a seis anos. A classificação final é expressa pelas fórmulas de Recusado ou Aprovado, podendo o regulamento de doutoramentos da universidade prever a atribuição de uma gradação na classificação ao candidato aprovado, por exemplo, Aprovado com distinção, Aprovado com distinção e louvor. A forma do diploma difere de instituição para instituição, dele constando sempre a área científica e a qualificação obtida.

10. Carta Magistral

Diploma conferido pelas instituições de ensino universitário após a frequência e aprovação nas unidades curriculares que integram o curso de especialização do mestrado e a elaboração, discussão e aprovação de uma dissertação original (dissertação de mestrado), comprovando um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica e a capacidade para a prática de investigação. O processo de obtenção deste diploma tem a duração média de dois anos. A forma do diploma difere de instituição para instituição, nele constando sempre a área científica e a classificação obtida.

11. Corpo Docente

Conjunto de professores de um estabelecimento de ensino.

12. Crédito

Unidade que exprime o valor de cada uma das componentes de um curso atribuindo-lhes, convencionalmente, um certo número de pontos que podem acumular-se até atingirem o total fixado para a atribuição de um diploma.

13. Diploma de Bacharelato

Diploma conferido pelas instituições de ensino universitário e politécnico após conclusão de um determinado curso com a duração normal de três anos, comprovando uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais. A forma do diploma difere de instituição para instituição, nele constando sempre a área do conhecimento e a classificação obtida. O detentor deste diploma pode prosseguir estudos conducentes à obtenção de um diploma de licenciatura.



14. Diploma de Conclusão da Parte Curricular do Mestrado

Diploma conferido pelas instituições de ensino universitário após conclusão, com aprovação, das unidades curriculares que integram o curso de especialização do mestrado.

15. Diploma de Licenciatura

Diploma conferido pelas instituições de ensino universitário e politécnico após conclusão de um determinado curso com a duração de quatro a seis anos, comprovando uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos visando a especialização numa determinada área do saber e uma adequada intervenção profissional. A forma do diploma difere de instituição para instituição, nele constando sempre a área do conhecimento e a qualificação ou classificação obtida. O detentor do diploma (licenciado) pode prosseguir estudos conducentes à obtenção de um mestrado ou de um doutoramento, se a classificação final da licenciatura for, no mínimo, de 14 valores - Bom, e de 16 valores - Muito Bom, respectivamente (escala de 0 a 20 valores). Em casos especiais, e mediante apreciação dos respectivos currículos académico, científico e profissional, estas classificações mínimas podem não constituir condicionantes.

16. Docente

Designação para o elemento que exerce a actividade de ensinar.

17. Doutor

O mais elevado título académico, conferido após aprovação na prova de doutoramento.

18. Doutoramento

Grau académico conferido por uma instituição de ensino superior universitário após aprovação na discussão pública de uma tese original. Comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico independente.

19. Educação

Actividades que têm por finalidade o desenvolvimento do conhecimento, de valores e do raciocínio como formação geral, em vez de proporcionarem conhecimentos e capacidades práticas relacionadas com uma área específica da actividade humana.



20. Educação Escolar

Formação que visa o desenvolvimento pessoal e social do aluno, através de serviços educativos. Compreende os ensinos básico, secundário e superior. Inclui modalidades especiais e actividades de tempos livres.

21. Ensino

Processo de organização das situações de aprendizagem destinadas a produzir resultados a longo prazo, traduzindo-se num desenvolvimento mental do indivíduo, incutindo no mesmo a capacidade de perceber e interpretar factos. É da mesma forma utilizado para descrever a actividade efectuada pelo professor.

22. Ensino Politécnico

Ensino, ministrado em Institutos Superiores Politécnicos, que visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais. Tem a duração de três anos, conferindo o grau de bacharel ou de quatro anos, conferindo o grau de licenciado.

23. Ensino Superior

Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, ao qual têm acesso os indivíduos habilitados com um curso secundário e os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

24. Ensino Universitário

Ensino, ministrado em Universidades, que visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção e de inovação. Confere os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor.

25. Equivalência de Diplomas

Processo de avaliação pelo qual uma qualificação académica estrangeira é comparada a uma qualificação portuguesa, em nível, duração e conteúdo programático.



26. Estabelecimento Militar de Ensino

Estabelecimento militar cuja finalidade primária é ministrar actividades de ensino aos seus diversos níveis.

27. Instituto Politécnico

Instituição de ensino superior que integra duas ou mais escolas superiores e outras unidades orgânicas globalmente orientadas para a prossecução dos objectivos do ensino superior politécnico numa mesma região.

28. Instrutor

Designação para os militares com responsabilidade de docência, à excepção dos que desempenham estas funções na componente de Ensino dos Estabelecimentos Militares de Ensino.

29. Investigação Científica

Domínio ou conjunto de actividades metódicas, objectivas, rigorosas e verificáveis cujo objectivo é descobrir a lógica, a dinâmica ou a coerência num conjunto aparentemente aleatório ou caótico de dados, tendo em vista fornecer uma resposta inédita e explícita a um problema bem circunscrito ou contribuir para o desenvolvimento de um domínio de conhecimentos.

30. Licenciado

Título académico conferido ao indivíduo detentor de uma licenciatura. Este título dá acesso quer à vida activa, quer ao prosseguimento de estudos conducentes à obtenção de um mestrado ou de um doutoramento.

31. Licenciatura

Grau académico conferido por uma instituição de ensino superior universitário ou politécnico após conclusão com aproveitamento de um curso de quatro a seis anos, comprovando uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos visando a especialização numa determinada área do saber e uma adequada intervenção profissional.



32. Mestrado

Grau académico conferido por uma instituição de ensino superior universitário após a frequência e aprovação de um curso de especialização, com a duração máxima de quatro semestres, e a elaboração, discussão e aprovação de uma dissertação original, comprovando um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Têm acesso a este grau os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de catorze valores ou, excepcionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

33. Mestre

Título académico conferido ao indivíduo detentor de um mestrado. Este título dá acesso ao prosseguimento de estudos conducentes à obtenção de um doutoramento.

34. Monitor

No âmbito do ensino recorrente, é o profissional qualificado, de reconhecida competência, não detentor das habilitações académicas exigidas aos professores, cuja responsabilidade é limitada à instrução prática no quadro de um programa de formação técnica.

No âmbito do ensino superior, é o profissional com curso superior ou aluno dos dois últimos anos do curso, ao qual compete coadjuvar, sem o substituir, o pessoal docente em aulas práticas e trabalhos de laboratório ou de campo.

35. Plano de Ensino

Documento que integra o conjunto estruturado de actividades do Ensino no Exército, que devem ser realizadas no período correspondente a um ano.

36. Pré-requisitos

Condições de natureza física, funcional ou vocacional que assumem particular relevância para o acesso a determinados cursos do ensino superior. Os que se destinam a avaliar aptidões funcionais ou físicas são eliminatórios e têm um resultado expresso em apto ou não apto. Os que se destinam a avaliar aptidões de natureza vocacional não são eliminatórios e o seu resultado exprime-se num valor numérico destinado a ponderar o resultado das provas específicas.



37. Professor Associado

Categoria da carreira docente universitária. Docente ao qual é atribuída a função de coadjuvar os professores catedráticos, competindo-lhe ainda a regência de disciplinas dos cursos de licenciatura e de pós-graduação, a direcção de seminários, aulas práticas ou teórico-práticas, trabalhos de laboratório ou de campo e a orientação e realização de trabalhos de investigação. É recrutado, quer por transferência, quer por concurso documental, a que podem apresentar-se detentores do grau de doutor que contem, pelo menos, cinco anos de serviço na qualidade de docentes universitários.

38. Professor Auxiliar

Categoria da carreira docente universitária. Docente ao qual são cometidas funções de regência de disciplinas dos cursos de licenciatura e de pós-graduação, leccionação de aulas práticas ou teórico-práticas, prestação de serviço em trabalhos de laboratório ou de campo. É recrutado de entre assistentes, assistentes convidados ou outras individualidades, quando habilitados com o grau de doutor ou equivalente.

39. Professor Auxiliar Convidado

Individualidade de comprovado mérito científico e profissional contratada para o desempenho de funções correspondentes às da categoria de professor auxiliar. É recrutado por convite aprovado pela maioria de dois terços do conselho científico.

40. Professor Catedrático

Categoria da carreira docente universitária. Docente ao qual são atribuídas funções de coordenação pedagógica e científica de uma disciplina, de um grupo de disciplinas ou de um departamento, além da regência de disciplinas dos cursos de licenciatura e de pós-graduação, a direcção de seminários, aulas práticas ou teórico-práticas e de trabalhos de laboratório ou de campo; compete-lhe ainda a supervisão da actividade pedagógica e científica dos restantes docentes, a coordenação de programas e a direcção e realização de trabalhos de investigação. É recrutado por concurso documental, a que podem apresentar-se professores associados, professores associados convidados ou professores catedráticos convidados, detentores de aprovação em provas públicas de agregação que contem, pelo menos, três anos de serviço docente nestas categorias.



41. Professor Convidado

Indivíduo de comprovado mérito científico e profissional, contratada para o desempenho de funções correspondentes às categorias da carreira docente universitária. É recrutado por convite aprovado pela maioria de dois terços do conselho científico.

42. Professor Visitante

Docente de um estabelecimento de ensino superior estrangeiro recrutado, por convite, para a prestação de serviço docente em instituições de ensino superior universitário, de entre docentes de reconhecida competência e assinalável prestígio que exerçam funções docentes em áreas científicas análogas àquelas a que o recrutamento se destina. Desempenha funções correspondentes às da categoria a que foi equiparado por via contratual.

43. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica

Provas realizadas pelos assistentes estagiários não detentores de curso de mestrado adequado à área científica da disciplina ou grupo de disciplinas que leccionam, para efeitos de acesso à categoria de assistente. Consistem na apresentação e discussão de um relatório elaborado para uma aula prática ou teórico-prática e na realização ou na discussão de um trabalho de investigação relacionado com a(s) referida(s) disciplina(s).

44. Provas Complementares de Doutoramento

Provas a realizar pelo candidato a doutor no caso de este não satisfazer alguns dos requisitos previstos nos regulamentos de doutoramentos elaborados por cada universidade, entre outros não ser detentor de mestrado, ou o diploma que detém não ser do mesmo ramo do conhecimento que o doutoramento. Consistem na discussão de um projecto de investigação apresentado pelo candidato dentro das matérias do grupo de disciplinas afins da especialidade, mas distinto do trabalho elaborado como tese de doutoramento.

45. Prova de Doutoramento

Prova conducente à obtenção do título de doutor que consiste na discussão pública de uma tese original (tese de doutoramento), podendo envolver a prestação de provas complementares, estabelecidas em regulamento de doutoramentos elaborado por cada universidade.



46. Semestre

Divisão do ano escolar numa duração aproximada de seis meses.

47. Sistema de Ensino

Estrutura mais ou menos rígida que se compõe de graus que se sucedem de modo ininterrupto e aos quais correspondem grupos etários determinados.

48. Tirocínio

Designação atribuída ao último ano da licenciatura em Ciências Militares e ao último semestre dos Cursos Técnicos Militares conferentes do grau de Bacharel, os quais pelo carácter essencialmente prático, são ministrados nas EP ou outras U/E/O.

49. Universidade

Conjunto de escolas ou faculdades onde é professado o ensino superior universitário.

Fonte: www.barril.dapp.min-edu.pt/terminol/default.html, em 13Set01

3ª Parte do Regulamento Geral da Instrução do Exército (2º draft/22-11-99) (definições n.º 11, 16, 19, 21, 26, 28, 35 e 48)



Anexo B – Cursos ministrados na AM

Cursos ministrados

Cursos	Licenciatura em	Disciplinas Específicas Exigidas
Infantaria Artilharia Cavalaria	Ciências Militares	Matemática
Engenharia Transmissões Material	Engenharia Militar Engenharia Electrotécnica Militar Engenharia Mecânica Militar	Matemática Física
Administração Militar	Ciências Militares	Matemática Economia
Saúde Militar	Medicina Medicina Veterinária Farmácia	Biologia Química

O número de vagas é fixado por despacho conjunto do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Educação, e publicado no Diário da República.

No final do ano escolar, os alunos do Curso Geral (1º ano) serão ordenados por ordem decrescente de classificação obtida e, atendendo às suas preferências, preencherão as vagas atribuídas aos respectivos cursos.

Este concurso é local, sendo as suas condições de admissão estabelecidas anualmente.

Os cursos são organizados, na sua área estritamente académica, em moldes idênticos aos dos estabelecimentos de ensino universitário, e nas áreas de formação comportamental e de instrução e treino, de acordo com as directivas do Chefe do Estado-Maior do Exército. No 1º Ano da AM é dado especial ênfase a uma formação estruturante (de base), na área científica, social e humana e no âmbito militar, físico e comportamental. È no final de este ano que os alunos são ordenados por ordem decrescente de classificação obtida e, atendendo às suas preferências, preenchem as vagas atribuídas aos cursos a que concorreram.

Nos anos subsequentes (intermédios), tem lugar a formação académica dos alunos, nomeadamente aquela que irá conduzir à "licenciatura".



No último ano do curso, é frequentado um Tirocínio, que assume um carácter de estágio de formação, de índole complementar eminentemente prática.

Relativamente aos cursos que conferem o grau de licenciatura em Engenharia Militar, Engenharia Electrotécnica Militar e Engenharia Mecânica Militar, parte das cadeiras conducentes à respectiva licenciatura são frequentadas no Instituto Superior Técnico.

Relativamente aos cursos que conferem o grau de licenciatura em Medicina, Medicina Veterinária e Ciências Farmacêuticas, a totalidade das cadeiras conducentes à respectiva licenciatura, são frequentadas na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa e Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, respectivamente.

Terminado o curso, o aluno recebe o Diploma de Licenciatura, a Carta de Curso e a Espada de Oficial, como símbolo das funções de comando que institucionalmente lhe são conferidas.

A Academia Militar confere o grau de:

- Licenciado em Ciências Militares, através dos cursos de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Administração Militar;
- Licenciado em Engenharia Militar, através do curso de Engenharia;
- Licenciado em Engenharia Electrotécnica Militar, através dos cursos de Transmissões e de Material;
- Licenciado em Engenharia Mecânica Militar, através do curso de Material;
- Licenciado em Medicina, Medicina Veterinária e Ciências Farmacêuticas, através do curso de Saúde Militar.

As actividades do ensino têm carácter presencial obrigatório e desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas, de laboratório e seminários, complementadas por conferências, por trabalhos de aplicação, exercícios no campo, estágios, visitas e missões de estudo, de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de ensino-aprendizagem das matérias das áreas curriculares que integram os planos dos diversos cursos.

A carga horária semanal, a duração dos módulos de ensino das cadeiras e instruções que integram os diversos planos de estudo têm em conta:

- os critérios adoptados a nível universitário para o ensino das matérias de índole estritamente académica;
- as normas vigentes no âmbito da instrução do Exército para o ensino das matérias de cariz militar, de adestramento militar e de treino físico;



- a necessidade da existência de tempos livres e da sua gestão adequada, tendo em vista a formação integral dos alunos;
- a necessidade de garantir aos alunos o tempo indispensável para o estudo das matérias leccionadas.

Os professores e instrutores militares são oficiais dos QP do Exército ou, eventualmente, de outros ramos das FA ou GNR, e são detentores de atributos curriculares específicos e de comprovada competência técnica e pedagógica .

Os professores civis são docentes universitários ou individualidades de reconhecida competência nas áreas de conhecimento cujo ensino lhes compete ministrar.

Fonte: Academia Militar



Anexo C – Cursos ministrados na ESPE

Cursos ministrados

Cursos	Bacharelato em	Disciplinas Específicas Exigidas
Secretariado e Gestão Transportes Exploração das Transmissões Manutenção das Transmissões Manutenção de Material	Ciências Militares	Matemática
Direcção Musical	Ciências Militares	Português + Prova de Aptidão Musical
EDT	Ciências Militares	Ser detentor do grau de bacharel ou equivalente relativo ao Curso Superior Militar de Enfermagem ou Cursos Superiores Militares de Tecnologias de Saúde.

O número de vagas é fixado por despacho do General CEME e inseridas nas normas do respectivo concurso.

As condições de admissão de alunos para a frequência dos cursos de formação de oficiais são estabelecidas pelas normas do respectivo concurso de admissão à ESPE, aprovadas por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército

Este concurso é local, sendo as suas condições de admissão estabelecidas anualmente.

Os cursos de formação de oficiais técnicos são organizados, na sua vertente académica, tendo em consideração as normas gerais seguidas em estabelecimentos de ensino superior politécnico e observando-se, na área de instrução e treino, as directivas emanadas do Chefe do Estado Maior do Exército.

São condições especiais de admissão para os candidatos aos CTM de:

- Secretariado e Gestão e de Transportes, pertencer aos QE de QAS, com excepção dos QE de Transmissões, Material e Medicina e Diagnóstico e Terapêutica;
- Manutenção de Transmissões e de Exploração de Transmissões, pertencer aos QE de Transmissões;



- Manutenção de Material, pertencer aos QE de Material;
- Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica, pertencer aos QE de Medicina e de Diagnóstico e Terapêutica e ser detentor do grau de bacharel, relativo aos Cursos Superiores de Enfermagem e de Tecnologias de Saúde.

Para os candidatos detentores de licenciatura ou bacharelato é aberto um concurso especial para todos os cursos, com excepção do CTM de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica.

No 1º Ano da ESPE é dada especial ênfase a uma formação estruturante (de base), na área científica, social e humana e no âmbito militar, físico e comportamental.

Nos anos subsequentes (intermédios), tem lugar a formação académica dos alunos, nomeadamente aquela que irá conduzir ao "bacharelato".

No último semestre do curso, é frequentado um Tirocínio, que assume um carácter de estágio de formação, de índole complementar eminentemente prática.

Relativamente aos CTM de Exploração das Transmissões, Manutenção das Transmissões e Manutenção do Material, parte das cadeiras conducentes ao respectivo bacharelato são frequentadas no IMPE/SEE.

Relativamente ao CTM de EDT e Direcção Musical, não é aplicável a frequência de um Tirocínio. O CTM de EDT consiste na frequência de um ano escolar na ESPE, findo o qual são promovidos ao posto de Alferes.

Terminado o curso, o aluno recebe o Diploma de Bacharelato, a Carta de Curso e a Espada de Oficial, como símbolo das funções de comando que institucionalmente lhe são conferidas.

A ESPE confere o grau de:

- Bacharel em Ciências Militares, através dos CTM de Secretariado e Gestão, Transportes, Exploração das Transmissões, Manutenção das Transmissões, Manutenção de Material, Direcção Musical e Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica.

As actividades do ensino e de instrução têm carácter presencial obrigatório e desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e de laboratório, complementadas por, por conferências, visitas e viagens de estudo, trabalhos de aplicação e de campo, de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de ensino das diversas disciplinas.

A carga horária semanal, a duração dos módulos de ensino das cadeiras e instruções que integram os diversos planos de estudo têm em conta:



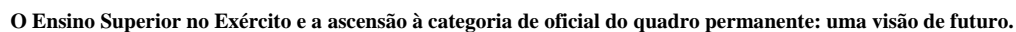
- os critérios adoptados a nível politécnico para o ensino das matérias de índole estritamente académica;
- as normas vigentes no âmbito da instrução do Exército para o ensino das matérias de cariz militar, de adestramento militar e de treino físico;
- a necessidade da existência de tempos livres e da sua gestão adequada, tendo em vista a formação integral dos alunos;
- a necessidade de garantir aos alunos o tempo indispensável para o estudo das matérias leccionadas.

Os docentes militares são oficiais dos QP do Exército ou, eventualmente de outro ramo das FA, detentores de atributos curriculares específicos e de comprovada competência técnica e pedagógica .

Os professores e os assistentes civis são docentes ou individualidades de reconhecida competência nas áreas de conhecimento cujo ensino lhes compete ministrar, com habilitação suficiente para o ensino superior politécnico.

Fonte: Estatuto da Escola Superior Politécnica do Exército (Projecto)

Normas para o Concurso de Admissão à Escola Superior Politécnica do Exército – 2001/2002



SISTEMA EDUCATIVO E FORMATIVO





Anexo E – Texto da Declaração de Bolonha

Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999

O processo europeu tem-se tornado uma realidade cada vez mais concreta e relevante para a União Europeia e para os seus cidadãos, graças aos extraordinários realizações dos últimos anos. As perspectivas de alargamento assim como as estreitas relações com os outros países europeus acrescem uma maior dimensão a esta realidade. Simultaneamente, temos vindo a testemunhar uma consciencialização crescente em largas faixas da esfera política, académica e da opinião pública, da necessidade de criar uma Europa mais completa e abrangente, em especial no que respeita à construção e ao reforço das suas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica.

Reconhece-se hoje, amplamente, que a Europa do Conhecimento constitui factor insubstituível para o crescimento humano e social, sendo componente indispensável para a consolidação e para o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de fornecer aos seus cidadãos as necessárias competências para encarar os desafios do novo milénio, bem como desenvolver a consciência de valores partilhados e relativos a um espaço comum, social e cultural.

A importância tanto da educação como da cooperação no desenvolvimento e no reforço de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas é universalmente reconhecida como da maior importância, sobretudo em vista da situação do sudeste europeu.

A declaração da Sorbonne, a 25 de Maio de 1988, que foi sustentada por estas considerações, sublinhou o papel fundamental das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias. Acentuou a criação do espaço europeu do Ensino Superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente.

Vários países europeus têm aceite o convite para se empenharem na concretização dos objectivos propostos na declaração, quer assinando-a, quer expressando, em princípio, o seu assentimento.



O rumo de várias reformas no Ensino Superior, entretanto em curso na Europa, provou, da parte de muitos governos, a sua determinação de actuar.

As instituições europeias do Ensino Superior, por sua vez, aceitaram o desafio, assumindo o principal papel na construção do espaço europeu do Ensino Superior, também na esteira dos princípios fundamentais lançados no documento Magna Charta Universitatum de Bolonha, de 1988. Este facto reveste-se da maior importância, dado que tanto a independência como a autonomia das universidades asseguram que os sistemas do Ensino Superior e da investigação se continuem a adaptar às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico.

O rumo foi colocado na direcção certa, dentro dos objectivos apropriados. A obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade dos sistemas do Ensino Superior requer, no entanto, uma contínua energia para se cumprir plenamente. É preciso apoiá-la mediante a promoção de medidas concretas para progredir com evidentes passos. O encontro de 18 de Junho reuniu reconhecidos especialistas e estudiosos de todos os nossos países que nos deram sugestões muito úteis para futuras iniciativas.

Em especial, deve-se ter em conta o objectivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização pode medir-se pela atracção que a sua cultura exerce sobre os outros países. Precisamos de assegurar que o sistema europeu do Ensino Superior consiga adquirir um grau de atracção mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradições cultural e científica.

Ao mesmo tempo que se afirma o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos pela Declaração da Sorbonne, comprometemo-nos a coordenar as nossas políticas de modo a conseguir, a breve trecho, e, em todo o caso, na primeira década do terceiro milénio, os objectivos que se seguem, e que estimamos ser de primordial relevância, de forma a estabelecer-se o espaço europeu do Ensino Superior e a promover o sistema europeu do Ensino Superior em todo o mundo:

- Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação, também pela implementação do Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;



- Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado. O acesso ao segundo ciclo vai requerer o termo com êxito dos estudos do primeiro ciclo, com a duração mínima de três anos. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado europeu do trabalho como nível apropriado de qualificação. O segundo ciclo deverá conduzir aos graus de mestre e/ou doutor como acontece em muitos países europeus;
- Estabelecimento de um sistema de créditos - como, por exemplo, no sistema ECTS - como um correcto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelas respectivas Universidades de acolhimento;
- Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade, com particular atenção:
 - aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlativos;
 - aos professores, investigadores e pessoal administrativo, no reconhecimento e na valorização dos períodos passados num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários;
- Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;
- Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior, especialmente no que respeita ao desenvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação.

Comprometemo-nos, por este meio, a alcançar estes objectivos - no quadro das nossas competências institucionais, guardando um completo respeito pela diversidade de culturas, línguas, sistemas nacionais de educação e da autonomia universitária - para consolidar o espaço europeu do Ensino Superior. Com esse fim, prosseguiremos o rumo da cooperação intergovernamental, em conjunto com o das organizações europeias não governamentais com competência no Ensino Superior.



Espera-se que as universidades, mais uma vez, respondam pronta e positivamente e que contribuam activamente para o êxito das nossas diligências.

Na convicção de que o estabelecimento do espaço europeu do Ensino Superior requer constante apoio, vigilância e adaptação às necessidades contínuas que se vão desenvolvendo, decidimos voltar a reunir dentro de dois anos para avaliar a progressão conseguida bem como os novos passos a dar.

Assinada por:

Áustria, Bélgica (comunidades flamenga e francófona), Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido

Fonte: www.esse.ipvc.pt/politicaedu/decl-de-bolonha.htm, em 13Out01



Anexo F – Análise da Declaração de Bolonha

A Declaração de Bolonha

Pedro Lourtie

1. Introdução

A Declaração de Bolonha foi assinada em 19 de Junho de 1999 pelos Ministros da Educação de 29 países europeus. Posteriormente, foi publicado o relatório do estudo preparado para a Conferência de Bolonha ("Trends"). A Confederação dos Conselhos de Reitores da União Europeia (CRUE) e a Associação das Universidades Europeias (CRE) prepararam um texto curto de explicação da Declaração de Bolonha, destinado à sua divulgação.

O processo da Declaração de Bolonha é conduzido por dois grupos:

- o grupo alargado, composto por representantes dos 29 países signatários, a Comissão Europeia, a CRUE e a CRE, tendo como observadores o Conselho da Europa, a EURASHE (European Association of Institutions of Higher Education) e European Liaison Group (plataforma de estudantes que inclui a ESIB, a AEGEE e Erasmus Student Network);
- o grupo de acompanhamento, composto por representantes da troika alargada (actualmente, Portugal, França, Suécia e Bélgica), da República Checa, da CRUE, da CRE e da Comissão Europeia.

O programa de trabalhos até à próxima conferência de Ministros (Praga, Maio de 2001) foi definido, nas suas linhas mestras, na primeira reunião do grupo alargado, realizada em Helsínquia a 16 de Novembro de 1999.

2. A Declaração de Bolonha

A Declaração de Bolonha tem os seguintes objectivos gerais:

- a competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior;
- a mobilidade e empregabilidade no Espaço Europeu.



Para atingir estes objectivos gerais, define como objectivos específicos:

- a adopção de um sistema de graus comparável e facilmente inteligíveis, incluindo a aplicação do Suplemento ao Diploma;
- a adopção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré- e pós-graduado, incluindo:
 - um primeiro ciclo relevante para o mercado de trabalho;
 - um segundo ciclo requerendo ter completado um primeiro ciclo de, pelo menos, três anos;
- o estabelecimento de um sistema (de acumulação e transferência) de créditos, tal como o ECTS;
- a promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal;
- a cooperação na avaliação da qualidade;
- a dimensão europeia do ensino superior.

A declaração apela à cooperação intergovernamental e à contribuição das instituições de ensino superior para o processo.

3. O programa de trabalhos

O programa de trabalhos que o grupo alargado acordou em Helsínquia e reviu em Lisboa, prevê as seguintes actividades:

- Seminários nacionais (a desenvolver pelas autoridades nacionais ou instituições de ensino superior, tendo em vista a divulgação dos objectivos e discussão das implicações a nível nacional da Declaração de Bolonha);
- Extensão do estudo "Trends" aos países da Europa Central e Oriental e actualização da situação no conjunto dos países (em curso, realizado pela CRUE e CRE, apoiado pela Comissão Europeia através do NARIC Finlandês);
- Seminários internacionais (organizados pelas autoridades nacionais dos países onde têm lugar, com apoio da Comissão Europeia):
 - Sistemas de acumulação e transferência de créditos (Portugal, Leiria, 24 e 25 de Novembro de 2000);



- Graus universitários de primeiro ciclo (título a confirmar, Finlândia, final 2000 ou início de 2001);
- Ensino superior transnacional (Suécia, Fevereiro/Março de 2001);
- Convenção das instituições de ensino superior (CRUE e CRE, Espanha, Salamanca, 29 e 30 de Março de 2001);
- Preparação de um relatório para os Ministros da Educação sobre o progresso do Espaço Europeu de Ensino Superior (coordenado por Pedro Lourtie com a participação dos representantes da troika alargada e da República Checa, apoiado pela Comissão Europeia através do NARIC Português);
- Conferência dos Ministros da Educação (República Checa, Praga, 18 e 19 de Maio de 2001).

4. Competitividade, mobilidade e empregabilidade

Para a atingir os objectivos gerais da Declaração de Bolonha são necessárias reformas nacionais, mas igualmente reformas a nível de instituição, bem como alterações nas atitudes.

Graus, Diplomas, Módulos e Créditos

O reconhecimento internacional das qualificações ou períodos de estudo realizado em instituições de ensino superior europeias, requer que se consiga aplicar o reconhecimento mútuo dentro do Espaço Europeu (o conjunto dos países signatários da Declaração de Bolonha) e, por maioria de razão, dentro de cada país.

A Convenção de Lisboa fornece uma base para o processo de reconhecimento de qualificações relativas ao ensino superior (qualificações de acesso, períodos de estudo e qualificações finais). No entanto, esta convenção, sendo importante no plano dos princípios e dos procedimentos, no quadro actual, fica aquém dos objectivos específicos estabelecidos pela Declaração de Bolonha.

Um passo concreto para o reconhecimento sistemático de qualificações e períodos de estudos será a utilização generalizada de uma unidade de estudo elementar coerente, tal como num sistema de acumulação e transferência de créditos. Será possível identificar unidades mais elaboradas? A solução mais radical seria a de utilizar o mesmo sistema de graus e diplomas em todo o Espaço Europeu que, no entanto, está fora de questão. Uma solução menos radical corresponderia a identificar níveis de referência comuns europeus, eventualmente por áreas do



conhecimento. Embora reconhecendo as dificuldades, é um caminho que merecerá ser explorado.

Mesmo o estabelecimento de um sistema de créditos coerente não pode ser dado por adquirido. A unidade de crédito pode ser baseada em carga de trabalho ou em competências. Definida e aceite a unidade elementar de crédito, a acumulação de créditos, tendo em vista a obtenção de um grau ou diploma, levanta novas questões, nomeadamente a da coerência das formações. Um grau ou diploma não pode ser um somatório de créditos independentemente da área ou nível a que correspondem esses créditos. Ou seja, um sistema de acumulação e transferência de créditos requer a definição de descritores dos créditos.

Tendo como objectivo a aprendizagem ao longo da vida, o sistema de créditos terá de integrar a possibilidade de creditar formações obtidas através de ensino presencial e a distância ou aprendizagens anteriores obtidas em quadros não formais ou pela experiência.

Tipo e estatuto das instituições de ensino superior

Dentro de cada um dos países signatários da Declaração de Bolonha existem instituições de ensino superior que têm diferentes missões, níveis de autonomia, graus que podem atribuir e, em consequência, estatutos. Este facto levanta dificuldades adicionais à universalização do reconhecimento de graus e, inclusivamente, de créditos.

Este problema que existe actualmente dentro das fronteiras de cada país, não será resolvido pelo simples facto de se definir um sistema de acumulação e transferência de créditos. A existência de sistemas de avaliação da qualidade, mutuamente reconhecidos, pode contribuir para reduzir o problema, mas será suficiente? Que medidas ou mecanismos adicionais terão de ser incluídos num sistema de créditos para assegurar um reconhecimento universal de créditos no Espaço Europeu? Esta é uma questão que terá de ser objecto de reflexão.

Reconhecimento da avaliação da qualidade

A avaliação da qualidade é um instrumento essencial para desenvolver a confiança nos créditos e qualificações atribuídos por outras instituições, tanto a nível nacional como europeu. O desenvolvimento desta confiança requer que os processos de avaliação de cada país seja conhecido e a sua validade reconhecida pelas instituições dos demais países. A Rede Europeia de Avaliação da Qualidade, promovida pela Comissão Europeia, pode ter um papel importante neste campo.

Se esta abordagem é importante para o intercâmbio entre instituições tradicionais do Espaço Europeu, não é suficiente para ter em conta a educação transnacional que pode evitar ser sujeita a avaliação. O caminho para convencer os promotores de oferta transnacional de



ensino superior a se submeterem a processos de avaliação será o de fomentar a consciência pública, em particular dos potenciais candidatos, sobre a importância da avaliação, promovendo a sua exigência de formações sancionadas por processos de avaliação.

Deveria, assim, ser feito um esforço para reforçar o reconhecimento público do valor dos processos de avaliação, podendo o Suplemento ao Diploma conter uma referência aos processos de avaliação ou acreditação nos quais o curso se inclui.

Resposta às necessidades dos candidatos/estudantes

Um argumento importante para atrair estudantes para um determinado curso e instituição de ensino superior, para além do simples prestígio da instituição, é a resposta adequada às necessidades específicas dos candidatos e estudantes. À medida que a importância da aprendizagem ao longo da vida aumenta e as instituições se abrem a novos públicos, maior é a diversidade de necessidades e de respostas a dar. São exemplos destas respostas, as seguintes:

- Validação ou creditação de formação anterior, seja formal ou não formal, e de experiência;
- Ritmos e organização de estudos adequados à situação social, familiar ou profissional dos candidatos;
- Garantia de os estudos realizados serem creditados, tendo em vista a obtenção de um grau nessa ou noutra instituição;
- Diversificação da oferta em termos de objectivos de formação, duração, etc.;
- Existência de apoios financeiros e possibilidade de gerir o tempo no emprego para frequentar a formação;
- Transparência da oferta, no que se refere aos objectivos de formação, sistemas de créditos, apoios disponíveis, etc.

Conhecimento das instituições de ensino superior europeias

Para que a oferta europeia de ensino superior seja competitiva, a informação terá de chegar aos potenciais candidatos, dentro e fora do Espaço Europeu. A publicidade é certamente uma opção. No entanto, a cooperação com instituições de ensino superior fora do Espaço Europeu pode contribuir para que a realidade europeia seja melhor conhecida. A oferta transnacional por parte de instituições europeias, fora do Espaço Europeu, assegurando a qualidade dos cursos oferecidos, sujeitando-os voluntariamente a processos de avaliação, é outra opção a considerar.



5. Desafios e estudos a realizar

É geralmente aceite que o sucesso da Declaração de Bolonha não está adquirido, requerendo um impulso permanente para ultrapassar os obstáculos que irão surgindo. O facto de ser um processo com um número muito elevado de actores não facilita o progresso coerente.

Um dos desafios a vencer é garantir que as reformas levadas a cabo são convergentes a nível europeu ou, pelo menos, que não são divergentes. As condições nacionais e os interesses institucionais ou de grupo, podem criar tensões no desenvolvimento do processo.

Finalmente, para aumentar as hipóteses de sucesso, todos os interessados têm de ser envolvidos. As posições tomadas pelos estudantes na Conferência de Bolonha mostrou que, não tendo sido envolvidos na preparação, não estavam motivados para o processo.

O desenvolvimento dos trabalhos requer que sejam feitos estudos que permitam sustentar as decisões que terão de ser tomadas a nível institucional, nacional ou do conjunto dos Ministros da Educação europeus. De entre os que é possível identificar como desejáveis, destacam-se os seguintes:

- Estudo sobre os sistemas de acumulação e transferência de créditos (foi realizado um primeiro trabalho, por iniciativa da Comissão Europeia, apresentado em Janeiro de 2000 e que servirá de base ao seminário a realizar em Leiria; no seminário espera-se poder contribuir para desenvolver consensos que permitam aprofundar o trabalho);
- Estudo sobre a oferta de educação transnacional na Europa, incluindo a análise das motivações para a escolha deste tipo de oferta de ensino superior;
- Identificação dos obstáculos ao desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida e das motivações dos cidadãos para o efeito;
- Levantamento dos sistemas de acreditação académica e profissional existentes no Espaço Europeu;
- Levantamento das actuais práticas de reconhecimento de qualificações, de períodos de estudo e de aprendizagens não formais e pela experiência.

6. O papel das administrações e das instituições

Para atingir os objectivos gerais e específicos da Declaração de Bolonha é essencial que sejam dados passos consistentes tanto pelas administrações, a nível nacional ou regional, como pelas instituições de ensino superior, dependendo da repartição de responsabilidades aos vários



níveis dentro de cada país. Quando se refere o papel das administrações dever-se-á ter em atenção o papel que poderá ter a União Europeia.

O papel das administrações

As decisões e reformas promovidas pelas administrações deverão ter em conta os compromissos assumidos em Bolonha e induzir um processo convergente a nível europeu. As legislações nacionais são diferentes e alguns dos pontos que se seguem poderão não ser aplicáveis em todos os países signatários. Os seguintes são domínios em que uma actuação adequada poderá favorecer o processo de Bolonha:

- Apoiar a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal;
- Promover a avaliação da qualidade e da relevância das formações;
- Assegurar que a acreditação académica e profissional é consistente com os objectivos definidos;
- Definir uma política de aprendizagem ao longo da vida;
- Promover a cooperação nacional e internacional;
- Apoiar a oferta transnacional fora do Espaço Europeu;
- Financiar as instituições através de esquemas que favoreçam os objectivos definidos.

O papel das instituições de ensino superior

Embora a Declaração de Bolonha tenha sido assinada pelos Ministros da Educação, dada a autonomia de que goza a maior parte das instituições de ensino superior, o sucesso da Declaração de Bolonha depende, em larga medida, das atitudes e iniciativas destas instituições. As seguintes são atitudes e iniciativas que favorecerão este sucesso:

- Atitude aberta à reforma, em diálogo construtivo com parceiros nacionais e internacionais e com grupos interessados;
- Atitude flexível relativamente ao reconhecimento de qualificações, períodos de estudo e conhecimentos e de competências adquiridas em ambientes não formais ou pela experiência;
- Atenção às motivações de candidatos e estudantes, incluindo novos grupos alvo, no que se refere à diversificação da oferta, relevância da formação oferecida, atribuição de créditos a formações curtas e não conferentes de grau, ritmos e organização de estudos



adequados e, em geral, consideração da aprendizagem ao longo da vida na oferta formação;

- Programas conjuntos com instituições de outros países (geralmente mais fácil a nível de investigação e pós-graduação);
- Cooperação internacional em geral;
- Oferta transnacional de ensino superior, incluindo a possibilidade de parcerias com instituições de outros países signatários, submetendo esses cursos a sistema ou sistemas de avaliação reconhecidos.

7. O caso português

Numa primeira abordagem, ainda geral, é possível identificar algumas questões que merecem especial atenção no caso português. O que segue corresponde a uma primeira reflexão que necessita de ser aprofundada.

a. *Sistema de graus*

A Declaração de Bolonha não obriga a qualquer alteração do sistema de graus nacional. O sistema está organizado em ciclo de, dois ciclos e o acesso ao segundo ciclo requer que se tenha completado um primeiro pelo menos, quatro anos. A parceiros questão é outra, a da concorrência com, em primeiro lugar, os nossos europeus e, em segundo lugar, com o que são resto do mundo, onde ressalta o grande exportador de formação os EUA.

O Conselho Nacional de Educação aprovou um primeiro parecer, em 1993, e um segundo, em 1995, onde se propunha a criação de um grau único de graduação em Portugal. Esta solução teria fortes implicações, por exemplo, na estrutura da administração pública e certamente custos elevados, pelo que requer uma avaliação cuidada dos seus efeitos.

A questão coloca-se de forma diferente consoante as áreas de conhecimento. São necessários estudos comparativos da realidade a nível internacional e o desenvolvimento de soluções alternativas, por área do conhecimento, para que, pondo em comum as conclusões parcelares, seja possível uma reflexão fundamentada que leve a rever (ou não) o sistema de graus.



Esta reflexão deveria ter em consideração a possibilidade de, a prazo, virem a ser definidos níveis de referência europeus. Só com uma reflexão bem estruturada é possível influenciar essa definição, caso venha a ter lugar.

b. *Reconhecimento de qualificações e períodos de estudo*

O sistema de equivalências e reconhecimentos nacional tem de ser revisto, à luz da Convenção de Lisboa, já ratificada por Portugal, independentemente do processo de Bolonha.

A prática a nível nacional é de grande dificuldade na equivalência de qualificações, mesmo entre instituições nacionais, em particular entre politécnicos e universidades. A abordagem nacional é fortemente centrada na equivalência estrita dos conteúdos e muito pouco nas competências desenvolvidas, o que sendo consistente com a forma como é definida a maioria dos planos de estudos nacionais, é posto em causa pela Convenção de Lisboa e, mais ainda, pela Declaração de Bolonha. O termo equivalência, dominante na realidade nacional, é cada vez menos usado a nível internacional, sendo preferido o de reconhecimento que, a nível nacional, é supletivo relativamente ao de equivalência.

Pessoalmente considero o sistema nacional obsoleto, para além de considerar inaceitável o tempo que muitos destes processos demoram.

Como preparação para a discussão europeia, será desejável que se equacione a questão a nível nacional, ou seja, das condições necessárias para que possa haver um reconhecimento mútuo entre instituições universitárias e politécnicas, públicas e privadas.

c. *Sistema de créditos*

O sistema de créditos nacional, baseado nas horas de contacto e numa tipologia dificilmente interpretável em numerosas áreas do conhecimento, afasta-se das tendências europeias sobre o assunto. Os ECTS são fundamentalmente baseados na carga de trabalho, tal como as unidades de crédito de ensino a distância e alguns países estão actualmente a desenvolver e a introduzir sistemas baseados em competências.

Sendo necessário rever a legislação nacional sobre créditos, será a oportunidade de a estender a todo o sistema de ensino superior nacional, dado que o existente apenas se aplica (formalmente) às universidades.



d. *Aprendizagem ao longo da vida*

O paradigma da aprendizagem ao longo da vida (aprendizagem para todos ao longo de toda a vida) tem vindo a fazer caminho a nível internacional. Poucos países têm ainda hoje uma política coerente para a aprendizagem ao longo da vida. Uma política coerente implica políticas nacionais e institucionais.

Nas políticas nacionais incluem-se questões como as condições de gestão do tempo no emprego tendo em vista a formação, que terá de envolver governo, organizações patronais e sindicais, apoios financeiros à formação, mas também políticas que promovam o reconhecimento de competências e aprendizagens em ambientes não formais e pela experiência. No que se refere às instituições, é necessário que se desenvolva uma atitude aberta relativamente ao reconhecimento de qualificações (creditação de cursos curtos, de aprendizagens não formais e de experiência e reconhecimento de períodos de estudo ou qualificações atribuídas por outras instituições), organização escolar (horários escolares e de funcionamento das instituições, número de horas de contacto, tipo de pedagogia, etc.) que tenha em conta outros grupos de estudantes, que não apenas os jovens saídos do ensino secundário, e que têm outro tipo de obrigações sociais, familiares e profissionais.

Se até recentemente a pressão de candidatos ao ensino superior era de molde a não haver uma real concorrência entre instituições públicas para captar estudantes (quanto muito para captar os "melhores"), a situação está a alterar-se rapidamente e tenderá a acentuar-se, pelo menos até 2010. Se a necessidade de captar estudantes não tem sido sentida pelo ensino público de forma muito aguda até há pouco tempo, o ensino privado conhece melhor essa situação e as instituições mais avisadas têm vindo a criar condições para que esses novos públicos encontrem condições para prosseguir estudos, captando esses potenciais candidatos.

e. *Qualidade e relevância da formação*

A existência de sistemas de avaliação da qualidade credíveis é essencial ao processo de Bolonha. A aceitação internacional do sistema de avaliação da qualidade nacional é essencial ao reconhecimento mútuo de qualificações.

A questão da qualidade tem vindo lentamente a ganhar terreno junto dos consumidores em geral e será de esperar que venha igualmente a estar mais presente nas escolhas dos



candidatos ao ensino superior. O sistema de avaliação da qualidade não tem ainda impacto significativo nas escolhas dos candidatos que, para além de considerarem em primeira instância e em geral, critérios económicos e geográficos (também com impacte económico), procuram escolher a "melhor" escola e curso, mas em que o "melhor" é menos baseado em dados factuais e mais baseado em transmissão oral de experiências ou opiniões.

De facto, os resultados das avaliações não estão facilmente acessíveis aos candidatos e são de interpretação difícil para um jovem candidato ao ensino superior.

A questão da relevância das formações é igualmente uma das preocupações da Declaração de Bolonha, ligada à questão da empregabilidade.

A empregabilidade e mesmo, até certo ponto, a relevância poderão ser apreciadas através dos resultados dos inquéritos previstos no âmbito do ODES (Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior). Adicionalmente, a acreditação profissional, nas áreas em que existe, tem objectivos de avaliação da relevância.

f. *Cooperação internacional*

A cooperação internacional, seja através de programas de investigação, de formações conjuntas ou de outras formas, é um factor que contribui para a divulgação da realidade nacional e para a aceitação dos graus e diplomas atribuídos a nível nacional, vencendo a barreira do desconhecimento. A nível europeu, para além de todos os efeitos positivos na dinâmica do ensino superior, é favorável aos objectivos da Declaração de Bolonha, quer no que respeita à mobilidade quer ao reconhecimento de qualificações.

A nível mais alargado, a cooperação internacional poderá ser um veículo de afirmação europeia no mundo, podendo ajudar a atrair estudantes de fora do Espaço Europeu, em concorrência com outros espaços como o norte-americano. Alguns países do Espaço Europeu, de entre os quais Portugal, têm posições privilegiadas para penetrar em determinadas zonas geográficas ou linguísticas do mundo. Assim a política de cooperação tenha a coerência necessária.



g. *Oferta transnacional*

A oferta transnacional de ensino superior está em franco aumento. Esta oferta pode ser presencial ou a distância, mas o maior desenvolvimento é hoje a distância, através da Internet. Os grandes fornecedores deste tipo de formação são os EUA, com a vantagem de uma língua que é cada vez mais língua franca.

Se há oferta de formação séria, há também numerosos casos de oferta da baixa qualidade ou mesmo fraudulenta. A oferta, por parte de países europeus, fora do Espaço Europeu, de formações sérias, atribuindo graus europeus e avaliadas através de sistemas reconhecidos, poderá ser mais um factor favorável à competitividade dos graus e, em consequência, dos sistemas europeus de ensino superior.

Se, nalguns casos, é possível iniciativas de instituições isoladas, as condições de intervenção são potenciadas através de consórcios de instituições, quer do mesmo país quer de diferentes países, e de apoios financeiros do Estado para o efeito.

h. *Atracção de estudantes*

A atracção de estudantes estrangeiros depende, por um lado, do reconhecimento pelos interessados ou pelas instituições que os suportam, da validade das formações, graus e diplomas oferecidos e, por outro, pelas condições que são oferecidas. Condições de estudo, probabilidade de completar os estudos no período previsto, de acolhimento e vida no país e na instituição, de língua, etc.

Mas a questão não se coloca apenas para estudantes estrangeiros, sejam do Espaço Europeu ou mais alargado. Coloca-se já a capacidade de atracção de estudantes nacionais, dada a redução clara e que se acentuará até cerca de 2010 de candidatos nacionais.

A organização das instituições para o acolhimento dos estudantes, nacionais ou estrangeiros, e a informação clara e objectiva, sobre os cursos e as condições das instituições, são factores essenciais para a capacidade de atracção.

Poder-se-á dizer que as reflexões acima estão pouco viradas para as questões da Declaração de Bolonha. Não é esse o meu entendimento. A Declaração de Bolonha estabelece objectivos que tocam com todos os aspectos de política do ensino superior.



Se fizermos a pergunta do que é que somos obrigados a mudar por causa da Declaração de Bolonha, então a resposta é, por enquanto nada ou muito pouco. Mas esta é a pergunta errada. A pergunta deverá ser o que temos de fazer para que o sistema nacional seja competitivo, os portugueses tenham acesso à mobilidade e empregabilidade, no Espaço Europeu e para além deste, então a resposta tem a ver com as reflexões acima e, provavelmente, muito mais.

E não podemos esquecer que se a Declaração de Bolonha prevê a cooperação no Espaço Europeu para ser competitivo a nível internacional mais vasto, também estamos a competir no Espaço Europeu. Também não podemos esquecer que se nos dispusermos a realizar reformas para enfrentar este desafio, também os nossos parceiros as farão e o que é hoje a realidade desses países poderá mudar amanhã. É um "jogo" com muitos actores em que a prospectiva e correcta avaliação do que farão os outros é essencial para sermos bem sucedidos e para termos um papel activo e não apenas reactivo. Curiosamente, é também nesta correcta avaliação e na disponibilidade dos países signatários para entrar no "jogo" que está o potencial de convergência da Declaração de Bolonha, não nas imposições administrativas.

Fonte: www.esse.ipv.pt/politicaedu/decl-de-bolonha.htm, em 13Out01



Anexo G – Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha

1. O CRUP reconhece a relevância da política de criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior como contribuição para uma maior integração europeia e baseado nos seguintes objectivos definidos na Declaração de Bolonha:
 - i) Mobilidade de estudantes e diplomados
 - ii) Empregabilidade dos diplomados
 - iii) Maior competitividade dentro do Espaço Europeu e face aos restantes blocos mundiais.
2. Para atingir estes objectivos devem ser assegurados os seguintes instrumentos:
 - i) Legibilidade e comparabilidade dos graus académicos
 - ii) Criação de um sistema compatível de créditos baseados no ECTS e no Suplemento de Diploma
 - iii) Garantia de qualidade dos cursos e dos sistemas de ensino, através da cooperação num processo de avaliação.
3. O CRUP declara que as Universidades Públicas Portuguesas estão empenhadas em participar activamente neste processo de convergência e de reconhecimento da situação concreta e específica da realidade portuguesa, propondo, desde já, uma reflexão e debate que tenham por base o seguinte quadro de referência:
 - a) O processo de convergência é essencialmente determinado pela necessidade de comparabilidade de graus e não de qualquer processo de uniformização e homogeneização.
 - b) A transformação do sistema português de ensino superior em dois ciclos, em que o primeiro visa assumir relevância para o mercado laboral europeu, implica uma revisão dos quatro graus académicos actualmente existentes: bacharel, licenciado, mestre e doutor.
 - c) O desenvolvimento desde já, a nível nacional e europeu, de iniciativas no sentido de, *horizontalmente por ramo do saber*, encontrar, em termos de créditos ou duração dos



- cursos, os parâmetros aceitáveis entre os quais podem variar – com garantia de alta qualidade científica, pedagógica e adequação profissional – as formações conducentes à obtenção do 1º grau (licenciatura).
- d) O primeiro ciclo é constituído pelo grau de licenciado (L4) ao fim de quatro anos, com formação de banda larga, mas admitindo no último ano opções que podem desde já conduzir a alguma especialização.
 - e) Para alguns cursos, com especificidade no que se refere à exigência de qualificações para o exercício profissional, a licenciatura poderá durar cinco anos, admitindo-se que no último ano, possa assumir a figura de uma pós-graduação complementar de formação (PGC), (caso de cursos de engenharia). Também a medicina e a arquitectura estão sujeitas a regulamentação própria, nomeadamente comunitária, pelo que deverão adaptar a sua estrutura nos termos do princípio atrás enunciado.
 - f) O segundo ciclo conduz ao grau de mestre (PGM) (L4+PGC+1 ano) e/ou ao grau de doutor (PGD) com uma formação que, em regra, dura entre 3 e 4 anos.
4. O CRUP considera que esta reestruturação facilitará a mobilidade académica e tornará os diplomas portugueses mais reconhecíveis para o exercício de profissões no mercado europeu, mas necessita de medidas de orientação política nas seguintes áreas:
- a) Sistema binário, definindo as funções de cada sub-sistema de acordo com a natureza dos cursos, as exigências de acreditação profissional e as atribuições no quadro da formação ao longo da vida.
 - b) Definição da qualidade dos cursos e dos graus de acordo com os respectivos objectivos, com base nas competências e conhecimentos a adquirir.
 - c) Modelo de financiamento que contemple a pós-graduação complementar e formas de apoio sistemático ao segundo ciclo de formação.
 - d) Enquadramento da formação dirigida a novos públicos, nomeadamente a aprendizagem ao longo da vida.

Aprovada em reunião plenária do CRUP em 17 de Abril de 2001

Fonte: www.utl.pt/Orgoverno/decbolonha.htm, em 13Out01



Anexo H – Despacho do General CEME sobre “A AM e o exercício da docência universitária por militares”

Despacho:

Aprovo o proposto pela AM.

Tive presente o memorando elaborado pelo Gabinete do Comandante do Pessoal, datado de 21 de Setembro de 2001 e que no geral é concordante com o que vem proposto pela AM. Exceptua-se a questão do posto de ingresso na “carreira docente militar” já que no memorando referido se propunha que tal só aconteça no posto de Major. Não considero razoável a limitação tanto mais que é contrária ao próprio QO da AM. Para além disso considero que até será estimulante para um Capitão que tenha satisfeito as condições de promoção ao posto imediato (tempo de comando e de permanência em unidades da Arma ou Serviço) se proponha ser docente da AM e como tal se disponibilize para fazer um mestrado.

Cópia deste dossier, com o presente despacho, ao EME e ao Cmd Pessoal para as acções subsequentes, nas respectivas áreas de responsabilidade.

A AM impulsionará tais acções se isso se mostrar necessário.

29.9.2001

José Manuel da Silva Viegas

GEN



Anexo I – Cadeiras essencialmente militares

As cadeiras essencialmente militares requerem:

- docência militar a tempo integral;
- embora desejável, não requerem docentes habilitados com graus académicos superiores a licenciatura.

Código da cadeira	Nome da cadeira
B103	Tática Geral e Operações Militares I
B104	Tática geral e Operações Militares II
B105	Organização das Forças e Serviços de Segurança
B107	Organização do terreno
B110	Fortificação e Arquitectura Militar
B111	Teoria Geral da Segurança
B112	Tática de Artilharia I
B113	Tática de Cavalaria I
B114	Tática de Infantaria I
B116	Tática de Infantaria II
B117	Tática de Artilharia II
B118	Tática de Cavalaria II
B123	Tática do Serviço de Intendência
B126	Tática de Engenharia
B130	Tática Geral e Operações Militares
B133	Tática Aplicada
B135	Tática de Transmissões
B136	Tática do Serviço Material
B203	Elementos de Armamento
B218	Balística
B219	Sistemas de Armas de Cavalaria e Tiro
B220	Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro I
B221	Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro II
B222	Sistemas de Armas de Infantaria e Tiro
B223	Sistemas de Armas da GNR e Tiro
B224	Comunicações Militares
B225	Material de Artilharia
B226	Sistemas de Armas e Equipamentos de Intendência
B315	Tática da GNR I
B316	Tática da GNR II
D228	Noções Gerais de Anatomia e Fisio-Patologia
D229	Saúde, História, Organização e Métodos
D303	Pedagogia da Educação Física

Fonte: Academia Militar



Anexo J – Cadeiras com afinidade militar

As cadeiras com afinidade militar requerem:

- docência militar a tempo integral;
- docentes militares habilitados com graus académicos superiores a licenciatura.

Código da Cadeira	Designação da cadeira
A117	Investigação Operacional I
A118	Investigação Operacional II
A119	Gestão e Teoria da Decisão
A301	Topografia I
A302	Topografia II
B106	Logística
B211	Transmissões e Guerra Electrónica
B301	História Militar I
B305	Elementos de Estratégia
B308	Relações Internacionais
B312	Geopolítica
B313	Ética e Liderança
B314	História Militar II
D107	Finanças Públicas
D127	Introdução à Gestão
D128	Gestão de Recursos Humanos
D129	Gestão da Formação
D131	Contabilidade I
D132	Contabilidade II
D208	Metodologia da Comunicação
D216	Sociologia Policial
D234	Sociologia Militar
D307	Direito Castrense

Fonte: Academia Militar